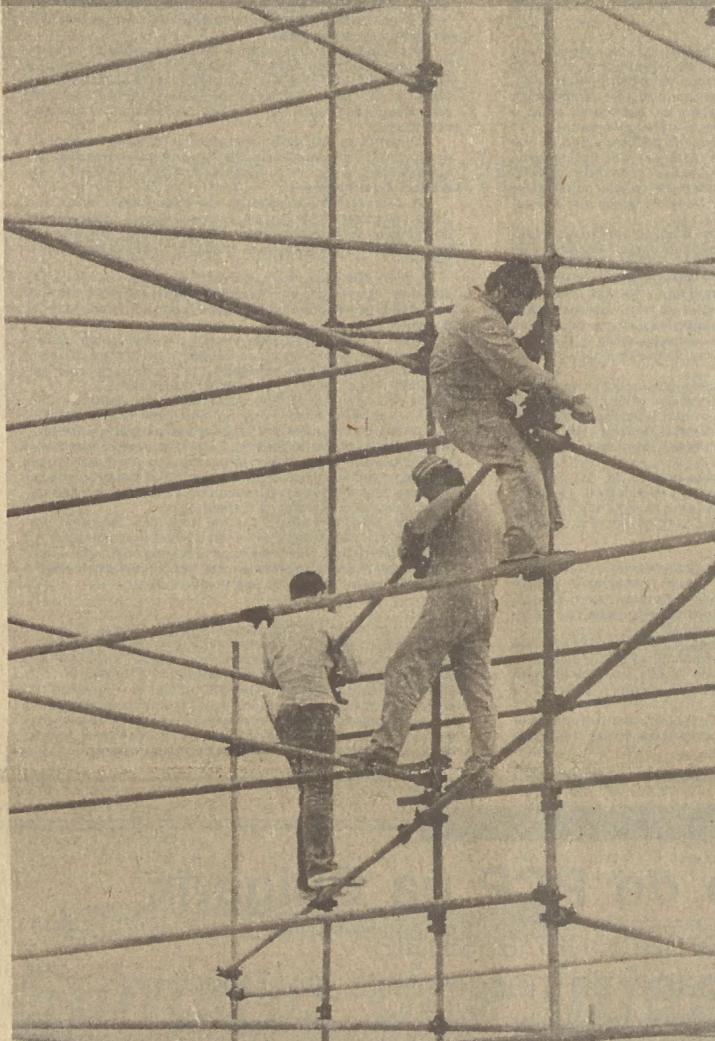


Encontro da APU no Porto

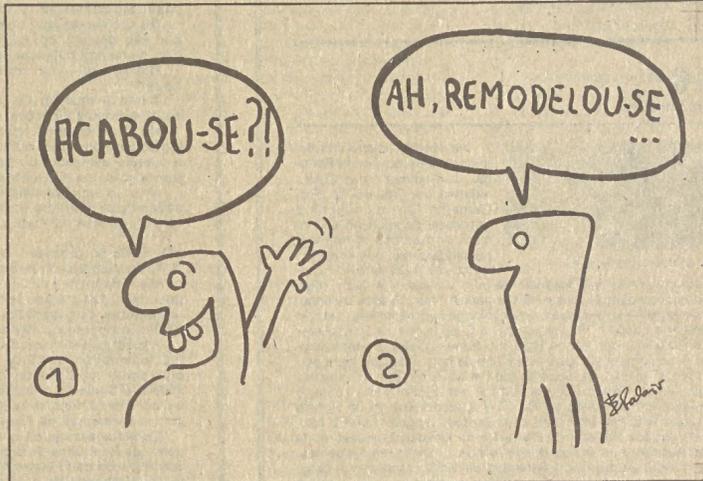
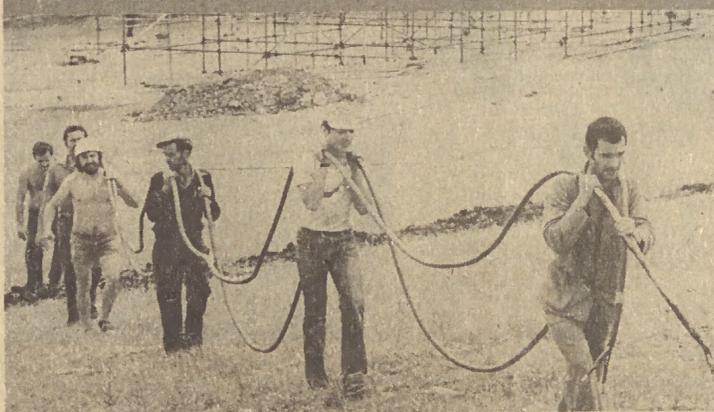


(Pág. 6)

Faltam 15 dias para a Festa!



Vamos lá dar uma ajuda?



Situação política

- A revisão constitucional interessa a todos! (pág. 3)
- Crónica da Assembleia da República (pág. 3)
- Editorial (pág. 2)

Solidariedade com a OLP e o povo libanês

(Pág. 8)

Delegação do PCP nas comemorações do centenário de G. Dimitrov

(Pág. 2)

Suplemento /



O CASO ROSENBERG

(Págs. 8/9/10/11)



Marx
e Engels
Para ler
e usar
(Pág. 3/4)

A ONDA
VERDE
(Pág. 16)

Os
Intelectuais
e o Partido
(Pág. 12)

Mercado
Comum
As
negociações-
fartucho
(Pág. 7)

Além dos temas de capa:

- O PCP e a criação de novas freguesias
- Versalhes e Bona: os interesses militares e os interesses económicos dos países capitalistas
- Quem foi Dimitrov?
- Crónica de Televisão
- Síntese semanal da Imprensa

FESTA do Avante! /82

ESPECTÁCULOS



Buffy Sainte-Marie (CANADÁ)



COM 30 000 WATTS DE SOM!

**Neste número:
Separata com mais
novidades sobre os
artistas da Festa**

Brigada Vitor Jara
Vitorino
Jánumega
Orquestra de Jazz do Hot Clube
Trabalhadores do Comércio
Vitorino com Pedro Caldeira Cabral e o Bando da Planície

FESTA do Avante! /82

October Club (USA)
BIBIANO
GI NÁS TICA

SEMANA

9 Quarta-feira

Adriano Vasco Rodrigues, deputado do CDS pelo círculo do Porto, é apontado como provável futuro governador civil da Guarda, no âmbito da «remodelação» que Angelo Correia pretende fazer em breve. ■ É levantado o bloqueio do porto de Sines, após catorze horas de impedimento do tráfego petrolífero como protesto contra a poluição provocada no mar pela Petroquímica. ■ É assinado um acordo entre a Síria e o Irão para o envio de tropas iranianas para o Líbano a fim de combater os sionistas de Israel. ■ Santiago Carrillo, secretário-geral do PCE, apresenta a demissão do seu cargo ao Comité Executivo do Partido, devido, segundo noticiam os jornais, a divergências com o vice-secretário-geral Nicolas Sartorius e do secretário-geral das Comissões Obreras, Marcelino Camacho.

10 Quinta-feira

Na sessão solene das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, na Figueira da Foz, Ramalho Eanes confirma a gravidade da situação económica portuguesa afirmando, nomeadamente, que «pela primeira vez a dívida externa ultrapassa o total das reservas de ouro e divisas». ■ Num artigo publicado no órgão oficial do seu partido Mário Soares reconhece que «o PS vive também uma prolongada crise interna que não desarma desde o VI Congresso». ■ O porta-voz da Presidência da República afirma que Ramalho Eanes aceitou a «remodelação» governamental para «nem directa nem indirectamente perturbar a revisão da Constituição». ■ Mais de 200 mil pessoas manifestaram-se em Bonn e 100 mil em Berlim-Oeste contra a política armamentista da NATO e a administração de Ronald Reagan. ■ O Irão anuncia o cessar-fogo na guerra com o Irão, bem como a decisão do Conselho da Revolução iraquiano de retirar as suas tropas dos territórios iranianos ocupados desde o início da guerra em Setembro de 1980, respondendo deste modo ao apelo da Conferência Islâmica para que «tanto o Irão como o Irão parem imediatamente a luta... e dirijam as suas armas contra o inimigo comum», Israel.

11 Sexta-feira

Segundo o Instituto de Estatística, apenas um em cada dois portugueses tem trabalho regular. ■ A Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes anuncia a decisão de realizar no próximo dia 25 uma concentração junto à Assembleia da República, como «protesto pela política de um Governo que não garante a sua plena integração na sociedade». ■ Representantes das Igrejas Protestantes solicitam ao Presidente da República a não promulgação do diploma sobre a obrigatoriedade do ensino da religião e moral católicas nas escolas oficiais, da autoria do Ministério da Educação. ■ Um milhão de pessoas manifestaram-se em Nova York a favor da paz e do desarmamento nuclear; é a maior manifestação de sempre na história dos Estados Unidos. ■ Tel-Aviv declara um cessar-fogo unilateral e viola o menos de quatro horas depois, bombardeando posições palestinas no sul do Líbano. ■ O Papa João Paulo II chega a Buenos Aires numa visita que situou «acima de qualquer intenção política».

12 Sábado

O PR dá posse aos novos membros do Governo mas critica a remodelação afirmando que a mesma não é «a mais adequada nos planos operacional, político e institucional». ■ As marchas populares desfilam pelas ruas da capital, nas habituais comemorações de S. António, padroeiro de Lisboa. ■ Termina na capital nortenha o encontro das Comissões da APU no distrito do Porto, onde foi afirmado que o Povo Unido concorre a todos os órgãos autárquicos do distrito nas próximas eleições. ■ Portugal e Moçambique assinam em Maputo um protocolo de cooperação no domínio hidrográfico e de navegação marítima. ■ A Líbia propõe aos chefes de Estado árabes a realização de uma cimeira para decidir «a transformação da invasão do Líbano numa guerra total englobando os países árabes do Oceano Atlântico ao Golfo». ■ O Movimento Militante Mauriciano/Partido Socialista Mauriciano ganha as eleições gerais nas Ilhas Maurícias.

13 Domingo

A Comissão Nacional do PS aprova uma moção da sua Comissão Permanente em que «convida» Salgado Zenha a demitir-se da presidência do grupo parlamentar socialista, para que a Comissão Política se não veja obrigada a retirá-la a sua confiança e a promover a sua substituição. ■ Começa em Espanha o mundial de futebol. ■ Morre o rei Khaled da Arábia Saudita, vítima de ataque cardíaco. ■ As forças israelitas que invadiram o Líbano violam um segundo cessar-fogo anunciado em Tel-Aviv que abrangia desta vez os combatentes palestinos e progressistas libaneses. ■ Santiago Carrillo reitua o pedido de demissão dos cargos que ocupa no PCE, depois do respectivo Comité Central aprovar uma moção nesse sentido. ■ O vice-presidente da Somália e mais seis altos funcionários do governo são detidos por alegada «colaboração com um país estrangeiro numa conspiração contra a Somália». ■ A agência PAP anuncia o levantar do recolher obrigatório em Szczecin, na Polónia.

14 Segunda-feira

O secretário de Estado do Trabalho afirma no Porto que o Governo «vai rever a legislação do trabalho e do emprego e adoptar nova legislação adaptada às necessidades do país», o que significa uma nova tentativa para destruir as conquistas alcançadas pelos trabalhadores após o 25 de Abril. ■ Uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Alvaro Cunhal parte para Sófia para participar numa conferência internacional sobre a «obra de Georges Dimitrov e o Mundo Contemporâneo». ■ A URSS adverte Israel de que a invasão do Líbano ameaça a segurança das fronteiras soviéticas e exige a retirada das tropas sionistas. ■ A Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí anuncia ter provocado nos últimos dias 76 baixas ao exército salvadoreño, para além de cem feridos e trinta e um prisioneiros. ■ O chanceler alemão federal Helmut Schmidt afirma na ONU que os governos não devem ignorar o movimento mundial a favor do desarmamento, mas antes considerá-lo uma força motriz.

15 Terça-feira

O Governo decide desvalorizar o escudo em 9,5 por cento em relação à anterior paridade com o franco francês; a recente desvalorização do franco situa a queda do escudo em 3,75 por cento. ■ O Presidente da República aceita o convite para ser um dos patronos da Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente. ■ Na ONU a URSS compromete-se a «não utilizar armas nucleares em primeiro lugar e este compromisso entra imediatamente em vigor». ■ Buenos Aires e Londres assinam um cessar fogo nas Malvinas. ■ Os presidentes da Guiné Bissau e Cabo Verde reúnem-se no Maputo.

Editorial

OPORTUNIDADE EXCEPCIONAL NÃO APROVEITADA

Os perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa adensaram-se consideravelmente nos últimos dias com a subida ao plenário da Assembleia da República do processo de revisão constitucional, com a anuência — ainda que marcada de reservas — do Presidente da República à remodelação ministerial da equipa fascizante Balsemão-Freitas e com o agravamento da crise interna do PS.

Abundam factores de confusão e de grande instabilidade política mas as linhas de força da situação actual são perfeitamente detectáveis e a marcha para o abismo pode ser detida.

É uma situação que exige de todos os verdadeiros democratas e patriotas cabeça fria, capacidade de discernimento, confiança nas forças próprias e resoluta iniciativa política.

Os problemas que complicam a situação portuguesa actual são difíceis, complexos e muito variados mas interligam-se na sua natureza interna e que facilita as soluções.

Hierarquizá-los é uma condição imediata para os resolver.

A luta de massas é o elo fundamental de uma cadeia que envolve frentes e acções muito diversificadas.

No fortalecimento, mobilização, unificação e unidade do movimento operário, popular e democrático de massas está o vínculo essencial de uma necessária e urgente viragem democrática na situação política actual.

Mas só uma decidida iniciativa no plano institucional pode alterar o quadro da situação actual com o afastamento da 'AD' da área do Poder.

O início do processo de revisão da Constituição ao nível do plenário da Assembleia da República trouxe à luz do dia e de maneira mais precisa a verdadeira natureza e a gravidade dos perigos que ameaçam o regime democrático, resultantes dos perdidos acordos de bastidores entre o PS/Mário Soares e a Aliança reaccionária governante.

Aspectos decisivos do sistema de poderes saído da institucionalização do 25 de Abril estão em vias de completa subversão no caso de as alterações acordadas entre o PS/Mário Soares e a 'AD' em matéria de revisão constitucional obterem a maioria qualificada de dois terços dos deputados nas votações da Assembleia.

Os actuais poderes que a Constituição confere ao Presidente da República de designação das chefias militares e de estruturação das Forças Armadas, a dupla responsabilidade do Governo perante o PR e a AR; as competências de verificação da constitucionalidade das leis e de outras normas constitucionais actualmente atribuídas ao Conselho da Revolução, seriam inteiramente subvertidos a favor da Aliança reaccionária se os projectos acordados entre o PS/Mário Soares e a 'AD' nas costas do povo vingassem nas votações da Assembleia da República.

As manobras antidemocráticas e golpistas que se desenvolvem e agora se precisam com maior nitidez em torno da revisão constitucional confirmam que a defesa de Abril na Constituição da República é a batalha política mais importante e imediata de todos os patriotas, democratas e antifascistas na hora presente.

Por fim imediato ao monopólio político da 'AD' sobre o Executivo e o Legislativo (Governo e Assembleia da República) é uma condição necessária para assegurar a continuidade do 25 de Abril e a própria sobrevivência do regime democrático.

A natureza e a gravidade dos acontecimentos que se vivem não se compadecem com as tentativas de esconder e disfarçar aos olhos do Povo português o carácter golpista e antidemocrático dos acordos celebrados nos bastidores entre o PS/Mário Soares e a 'AD'.

Os dois comparsas fazem naturalmente a «leitura» que mais lhes convém transmitir do conchavo a que chegaram para desfigurar a Constituição de 76 nas suas características democráticas mais vindicadas. Isto nada tem a ver com a verdade.

Que uns e outros ocultam e o que uns e outros procuram fornecer à opinião pública são duas coisas diferentes mas significativas.

A 'AD', procura esconder a verdadeira amplitude das concessões arrancadas ao PS/Mário Soares e principalmente as suas consequências imediatas.

Mas ao mesmo tempo está impaciente por recolher e exibir os resultados vitoriosos que obteve nos acordos com o PS/Mário Soares e tirar deles efeitos políticos imediatos.

Freitas do Amaral já proclamou que a «revisão» — para ele é como se já estivesse feita — foi uma «boa vitória da 'AD' e que se assim não fosse como se explica que o PS esteja tão dividido?»

Ele próprio, Freitas, foi quem anunciou que, logo que promulgadas as alterações à Constituição, «o Estado (leia-se a 'AD') deverá promover reformas de estrutura da sociedade e da economia (leia-se a governamentalização das Forças Armadas, destruição da Reforma Agrária, das nacionalizações, dos direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas essenciais)».

Balsemão, confessando a derrota dos planos da 'AD' em 7 de Dezembro de 1980, diz que a revisão acordada com o PS/Mário Soares é a «revisão possível».

O que os barões da 'AD' procuram ocultar é o carácter subversivo dos seus planos de destruição do regime democrático agora sob a forma de uma «inocente» revisão constitucional que de facto, no essencial, varreria a Revisão Constitucional da República.

Por seu lado o que o grupo Mário Soares quer ocultar aos democratas portugueses e aos próprios socialistas é a extensão das suas traiçoeiras concessões à 'AD' em matéria de revisão constitucional.

Almeida Santos, que está na «alma do negócio» procura fazer crer que os poderes do Presidente «até foram mesmo aumentados»; que foi a 'AD' que cedeu ao PS e não o PS que cedeu à 'AD'; que o semipresidencialismo do regime continua assegurado, etc., etc. Isto não corresponde à verdade dos factos.

A história da 'AD' vir ao encontro do PS daria vontade de rir se não se tratasse de uma questão extremamente séria do contencioso democrático. Almeida Santos brinca com a memória dos portugueses.

Os democratas portugueses não esqueceram ainda que havia um projecto Sá Carneiro que foi depois taticamente abandonado a favor de outros mais radicais de Santana Lopes e Freitas do Amaral com vistas às negociações com o PS.

E que estes projectos mais radicais foram «cavalheirescamente» abandonados a favor do «projecto do PS» que era, com pequenas diferenças formais... o projecto inicial de Sá Carneiro!

Almeida Santos pretende vender gato por lebre com a sua hodierna versão do recuo da 'AD' a favor das teses do PS. É uma acrobacia de advogado e não actos dignos de um dirigente responsável de um partido democrático.

Os deputados do Partido Socialista estão diante de uma grave responsabilidade: votar ou não votar as alterações à Constituição acordadas à revelia do seu partido e de si próprios pelo grupo Mário Soares. Esconder a cabeça na areia não libeia no mínimo que seja passos irresponsáveis que ajudem na prática a execução do verdadeiro atentado que se projecta contra o regime democrático através de revisão constitucional e golpista da Constituição.

Como salientou Alvaro Cunhal na última segunda-feira cada um fica diante das suas próprias responsabilidades. O PCP assumirá firmemente as suas recusando-se a dar o seu aval à destruição do regime democrático implícita na revisão acordada entre o PS/Mário Soares e a 'AD'.

Demitir o Governo 'AD' Balsemão/Freitas do Amaral, dissolver a Assembleia da República, constituir um governo de gestão idónea, convocar novas eleições nos prazos constitucionais, são medidas que não somente abrirão o caminho a uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua política como garantiriam uma revisão constitucional com um parlamento mais atualizado e representativo da vontade popular do que o actual e impediriam que ela se realizasse sob o domínio de forças que conspiram contra a democracia.

Tais medidas constituem como se sabe propostas políticas avançadas pelo PCP.

São medidas que resultam de um exame responsável da situação actual, da ruína política económica e social da 'AD' e do seu Governo, da análise aprofundada da correlação de forças políticas e sociais e da segura convicção de que no momento actual sobejam condições e argumentos políticos e de força para afastar a 'AD' da área do Poder, derrotá-la em novas eleições e abrir o caminho a uma alternativa democrática.

A última remodelação ministerial foi uma jogada de antecipação da 'AD' para tentar adiar a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas.

A jogada da 'AD' está em vias de conseguir tais objectivos pelo assentimento do Presidente da República à remodelação efectuada.

O general Ramalho Eanes que justamente pôs em relevo a política ruinosa da 'AD' como força de governo não soube tirar todas as consequências da «confissão» de falência que representou a remodelação Balsemão/Freitas para demitir o Governo e abrir o caminho ao restabelecimento da verdade política e da legalidade democrática a nível do Poder rejeitando-a.

Como se diz na «Nota da Comissão Política» de 11 de Junho, o assentimento do PR à remodelação governamental «revela que nos órgãos de soberania não controlados pela 'AD' continua a prevalecer uma má avaliação da situação e a tendência para deixar desenvolver-se um processo perigoso, mesmo quando se apresentam oportunidades soberanas... para uma intervenção constitucional e institucional».

Compreende-se que a Aliança reaccionária procure obstaculizar qualquer acção do PR e do CR para a demissão do Governo conotando-a com o PCP tentando retirar às propostas políticas do PCP o seu carácter actual e o seu conteúdo objectivo. Mas a armadilha é grosseira e não se compreende que democratas se deixem enredar nela.

Nesta profunda instabilidade política a 'AD' tem uma responsabilidade fundamental mas sérias responsabilidades cabem também à Direcção do PS/Mário Soares pela influência negativa que exerce nos poderes de decisão do Presidente da República e pela cumplicidade prática do secretário-geral do PS no prolongamento do domínio da 'AD' no Governo e no Parlamento.

Mário Soares reclama agora a demissão do Governo e eleições antecipadas... mas só depois da revisão constitucional! Propositadamente deixava por definir que governo deveria gerir o País até uma nova consulta eleitoral.

Anteontem, no debate televisivo «Página Um», Almeida Santos levantou uma ponta do véu avançando que este Governo/Balsemão/Freitas é já um governo de gestão!

Isto quer dizer que a Direcção do PS/Mário Soares encara a realização de eleições antecipadas sob um governo de gestão 'AD' que seguramente levaria a cabo uma edição aumentada e aperfeiçoada da manipulação eleitoralista do Poder de 5 de Outubro de 1980 assegurando, pelo falsamento da vontade popular, a perpetuação das forças reaccionárias nas cadeiras do Poder e a consumação do seu plano subversivo contra a democracia.

Na nova conjuntura criada pela remodelação ministerial da equipa fascizante 'AD' Balsemão/Freitas a intensificação da luta de massas, do fortalecimento, mobilização, unificação e unidade do movimento operário, popular e democrático de massas é uma exigência determinante de defesa do regime democrático e das conquistas de Abril que se coloca a todos os portugueses democratas e patriotas.

Nesta tarefa, de importância vital para a democracia portuguesa, os comunistas portugueses estão abertos ao diálogo, a convergência, à unidade e acção com todas as forças democráticas empenhadas na continuação da «revolução dos cravos», designadamente de socialistas e comunistas.

As condições favoráveis continuam a existir, a oportunidade para a mudança é excepcional. A iniciativa constitucional e institucional para demitir a 'AD' do Governo é um imperativo do momento actual, a sua remoção do Poder é um acto patriótico de êxito seguro.

PCP

Delegação do PCP na Bulgária

• Reunião Internacional assinala 100.º aniversário do nascimento de Dimitrov

Uma delegação do PCP constituída pelos camaradas Alvaro Cunhal, Secretário-Geral e José Teodósio membro do Comité Central, participa numa importante reunião internacional promovida no âmbito das celebrações do 100.º aniversário do nascimento de George Dimitrov. Os trabalhos desta Conferência Teórica Internacional que decorre sob o tema «A obra de George Dimitrov e o Mundo Contemporâneo» encerram hoje em Sófia, capital da República Popular da Bulgária.

Na passada segunda-feira, à partida da delegação no aeroporto, em breves declarações aos jornalistas o camarada Alvaro Cunhal chamou a atenção para a importância destas comemorações não apenas pelo alto significado que assumem na presente situação internacional como também pela ocasião que proporcionam para uma troca de impressões aprofundada entre os numerosos partidos comunistas e outras forças revolucionárias.

Referindo-se aos objectivos da Conferência, sublinhou o seu valor para o Movimento Comunista Internacional dada a actualidade de muitas ideias e experiências que se traduziram na actividade prática e na obra teórica de Dimitrov.

Aludindo aos perigos sérios que pairam sobre o regime democrático e a situação política, o Secretário-Geral do PCP classificou-a de grave porque, como explicou, o tempo passa sem que sejam tomadas medidas que consideramos indispensáveis para entrar a acção destruidora do Governo 'AD' e impedir a revisão Inconstitucional da Constituição.

Cada qual assume as suas responsabilidades e nós também assumimos as nossas — declarou ainda, para concluir: lutaremos consequentemente até ao limite das possibilidades para defender e continuar o Portugal de Abril e os in-



Delegação do PCP à partida para Sófia

teresses e aspirações do nosso Povo e da nossa Pátria.

À despedida da delegação, no aeroporto, estiveram o embaixador da Bulgária em Portugal, camarada Christo Gueorgniev e o camarada Sérgio Vilarigues da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

(Sobre Dimitrov, ler pág. 15 do Suplemento)

Aniversário da Frelimo

No próximo dia 25 — uma sexta-feira — comemora-se o 20.º aniversário da Frelimo, vanguarda revolucionária do povo moçambicano, sob cuja direcção a antiga colónia conquista a independência e, hoje, constrói uma nova sociedade na perspectiva do socialismo.

Assinalando a data — que coincide também com o 7.º aniversário da independência de Moçambique — a Associação de Amizade Portugal-Moçambique promove nesse dia uma sessão no Teatro S. Luís, em Lisboa, sobre a qual na próxima edição daremos mais pormenores.

Conferência na Líbia

Encontra-se na Líbia o camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, a fim de participar numa conferência internacional de luta contra o imperialismo, o sionismo, o racismo e a reacção.

Esta Conferência começará anteontem e termina amanhã.

Linha da Frente

O total apoio e empenhamento na realização com êxito da próxima Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente, que terá lugar em Lisboa de 16 a 18 de Julho, foi reafirmado pelos embaixadores da República Popular de Angola, República Popular de Moçambique, República da Zâmbia e República Federal da Nigéria em documento divulgado no sábado r a capital.

A declaração exprime a preocupação dos representantes daqueles países «pelo facto de alguns elementos da sociedade portuguesa terem, por ventura involuntariamente, suscitado dúvidas quanto à independência das políticas externas dos seus países e quanto ao total empenhamento posto no apoio concreto dos seus povos e governos à próxima Conferência Internacional de Lisboa».

Embora sem o referir, o documento surge como uma resposta às recentes declarações do secretário-geral do PS, Mário Soares, que não só pôs em dúvida os objectivos da Conferência, como negou qualquer solidariedade do PS à importante iniciativa. Mais uma lamentável atitude de Mário Soares, tão virado para a direita que vai mais longe que a própria «AD» que, sobre este assunto, tem guardado um cauteloso silêncio.

Tal tomada de posição não impedirá contudo que as forças democráticas portuguesas respondam ao apelo feito a todos os «amantes da Paz na Europa e no Mundo, para que prestem o seu apoio e cooperação sinceros e inequívocos à preparação e realização desta Conferência, a fim de que a mesma seja um grande êxito para a legítima causa dos povos dos Estados da Linha da Frente, da Namíbia e da África do Sul, assim como para a segurança e a cooperação internacionais, a amizade e a Paz no Mundo».

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes.

Publicados já os 3 volumes de Lénine. Acaba de sair o 1.º volume de Marx/Engels.

edições **Avante!** e Progresso

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 185, Pedrulha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 779387/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Maio: 54643

Assembleia da República

A revisão interessa a todos!

A revisão já começou. Três dias por semana, os deputados reúnem-se em plenário e vão votando, artigo a artigo, as alterações à Lei Fundamental do país.

Mas, no primeiro dia dos trabalhos de revisão, apenas três pessoas se encontram nas galerias, olhando com algum espanto para a sua própria solidão e para o hemisfério onde as clareiras eram vastas.

A unanimidade, de resto, seria quase constante no decorrer dos trabalhos da revisão. Unanimidade significava — se, por um lado, ela demonstra que os artigos polémicos ainda não chegaram (ou foram adiados conforme o regimento especial permite), por outro lado, esta unanimidade vem provar que, ao contrário do que têm propagandeado os partidos da reacção e mesmo alguns socialistas, o PCP quer a revisão, contribuiu para ela, tem aprovado todas as alterações que, no ver dos comunistas, melhoraram o texto constitucional.

Os primeiros dez artigos (República Portuguesa; Estado democrático e transição para o socialismo; Soberania e legalidade; Cidadania portuguesa; Território; Estado unitário; Relações internacionais; Direito internacional; Tarefas fundamentais do Estado; Processo revolucionário), que obviamente contém matéria polémica, foram assim temporariamente afastados do debate, o que permitiu dar um tom cordato à sessão primeira.

A unanimidade conseguida à volta da alteração da epígrafe do Artigo 16.º não teve um conteúdo significativo pois, como disse Vital Moreira, tratou-se apenas de uma «alteração de tabuleta» e a «mudança de etiqueta não altera o conteúdo dos sacos». Mas já o Artigo 19, que estabelece as condições em que o estado de

sítio pode ser declarado, bem como o limite no que ele tem de suspensivo do exercício de direitos, envolve matéria delicada no âmbito dos direitos e deveres fundamentais. E votado quase sempre por unanimidade — apenas a UDP se absteve na votação do n.º 2 daquele artigo —, o texto foi beneficiado com aditamento introduzido pelo PCP e também votado favoravelmente por toda a Câmara que alargou o campo dos direitos que a declaração do estado de sítio não pode afectar.

Foi no Artigo 20.º que a simples abstenção da 'AD' pôs à prova a maioria de dois terços, tendo os partidos que integravam a FRS visto rejeitar uma sua proposta que institucionalizaria a figura do patrono público na defesa em tribunal.

Sucessivamente votada por unanimidade — ou baixando à comissão para estudo mais aturado... — a corri-

da dos artigos, interrompida com o feriado e com uma segunda-feira dedicada aos trabalhos correntes da AR, voltou, anteontem, a reunir os deputados que novamente se debateram com dificuldade de quorum.

Mas as bancadas da 'AD' lá se foram progressivamente enchendo, até porque o ministro Marcelo Rebelo de Sousa, chegou para vigiar o comportamento da maioria. A presença no banco do Governo, do novo ministro das relações com o Parlamento, que desenvolveu desde logo esforços de contacto com... os jornalistas, seria vivamente criticada pelo PCP que considerou tal presença não só uma provocação directa e deliberada à AR — como afirmou Vital Moreira — mas também uma ameaça de que o Governo nem sequer confia nos seus deputados para fazerem a revisão, depois de não ter confiado neles para a remodelação governamental.

PCP

Nota da Comissão Política «Graves responsabilidades»

1. O discurso proferido em 10 de Junho pelo Presidente da República, ainda que traduzindo justas exigências democráticas para o desenvolvimento da vida nacional, não deu resposta ao que milhões de portugueses esperavam e ao que a situação política do País requer.

2. Na ausência das medidas reclamadas pelo Partido Comunista Português e pelas massas populares tendo em vista o afastamento da "AD" do Poder, a situação política, económica e social do País continua a degradar-se de forma acelerada, aproximando-se perigosamente de um autêntico desastre nacional.

3. A actualidade política é marcada por dois acontecimentos particularmente graves:

— o início das votações na Assembleia da República da revisão da Constituição na base do acordo "AD"-PS/M. Soares que visa uma profunda alteração no sistema de poder político, com a transferência para o governo de importantes poderes políticos e militares actualmente pertencentes ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução;

— a "remodelação" ministerial com a qual a "AD" — que é responsável pela gravíssima situação em que o País se encontra ao fim de 2 anos e meio da sua governação — procura superar as suas dificuldades e conservar-se no Poder para continuar a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

O facto de estas questões fundamentais do momento presente não terem sido abordadas no discurso do Presidente

da República, após o seu assentimento à remodelação governamental, revela que nos órgãos de soberania não controlados pela "AD" continua a prevalecer uma má avaliação da situação e a tendência para deixar desenvolver-se um processo perigoso, mesmo quando se apresentam oportunidades soberanas (como voltou a acontecer com a recente crise governamental) para uma intervenção constitucional e institucional que, dando satisfação às reclamações populares, abra caminho à solução da crise.

4. A responsabilidade da presente situação pertence à "AD" e ao seu Governo empenhados na restauração do Poder e privilégios do grande capital, na intensificação da exploração dos trabalhadores, na limitação das liberdades, na destruição das conquistas da Revolução, na subversão da Constituição da República, na liquidação do regime democrático.

Sérias responsabilidades cabem entretanto também à Direcção do PS-M. Soares e à sua política de alianças com a direita na revisão da Constituição, no divisionismo sindical, em numerosos atarquias e outros sectores da vida nacional.

E, por isso, importa salientar que sem uma tal política de alianças seguida pela Direcção do PS, a "AD" já há muito teria sido impedida de desenvolver os seus planos contra a democracia portuguesa.

De nada vale agora que o PS/M. Soares venha demagogicamente apresentar-se como defensor da queda do Governo "AD" quando, simultaneamente, quer impedir a dissolução imediata da Assembleia da

República, preservando a maioria parlamentar da "AD" que dá base ao Governo, para lhe ser possível, assim, fazer a revisão da Constituição com a "AD" e em benefício da "AD".

5. A demissão do Governo "AD", a dissolução da Assembleia da República e a antecipação de eleições legislativas, constituem medidas inteiramente democráticas, legais e constitucionais, que beneficiam de um larguíssimo apoio popular e se apresentam como as mais eficazes para conjugar os perigos e assegurar o prosseguimento e consolidação da democracia.

O Presidente da República e o Conselho da Revolução, órgãos de soberania que dispõem dos poderes constitucionais para adoptar estas medidas e continuam a não o fazer, não podem deixar de assumir grave responsabilidade perante o Povo português.

6. O PCP reafirma o seu firme propósito de, com os trabalhadores e as massas populares, continuar a luta para afastar a "AD" do Governo, barrar o caminho à sua política de desastre nacional, e assegurar a defesa da Constituição de Abril.

O PCP apela aos órgãos de soberania que se identificam com o 25 de Abril, a todos os democratas, em especial aos socialistas, a todos os portugueses, para que não permitam que prossiga uma acção governativa completamente desastrosa e que seja consumada uma revisão da Constituição que comporta graves perigos para o regime democrático.

11 de Junho de 1982

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

O Governo não discute "pacotes"

Na passada segunda-feira, os trabalhos da Assembleia da República interromperam o curso da revisão constitucional para, em sessão normal, os deputados se dedicarem à discussão e votação das ratificações pedidas pelos PCP (e mais tarde pelo PS) dos decretos governamentais que constituem o conhecido pacote laboral da função pública.

A sessão ficaria praticamente a cargo do PCP. Com efeito, com a bancada cheia, os deputados comunistas ocuparam com as suas intervenções a maioria do tempo. Aliás, no dia em que começou o mundial de futebol, havia muito pouca gente nas outras bancadas. A direita tinha ido ver a bola e comentava-se que, em certos gabinetes, os televisores não tiveram descanso.

Após uma vigorosa intervenção da camarada Alda Nogueira, no período de antes da Ordem do Dia, condenando a agressão do Líbano pelas tropas israelitas — intervenção da qual publicamos alguns excertos noutra focal —, seguiu-se no uso da palavra a camarada Ilda Figueiredo criticando vivamente os anunciados aumentos das tarifas de consumo de electricidade em vários concelhos da região do Porto.

Estes aumentos, decididos pelo Governo "AD" (Balsemão) que anunciou virem a ter efeitos retroactivos a partir de 1 de Maio multiplicam quase por cinco vezes o actual preço.

Na cidade do Porto, por exemplo, afirmou Ilda Figueiredo, a aplicação da tarifa uniforme levaria a um aumento de 1510 para 4575, ou seja, um aumento superior a quatro vezes mais. Considerando ainda o aumento que se daria nas taxas de potência, cada consumidor teria de pagar, no conjunto, cinco vezes mais do que paga actualmente.

Ora, tais aumentos das tarifas são socialmente injustos e não são nem indispensáveis nem inevitáveis, disse mais à frente a camarada. De facto, tais aumentos na região do Porto não têm em conta a situação criada em dezenas de anos por uma política oficial de fomento ao consumo de electricidade que se traduziu no equipamento das habitações com material eléctrico e no quase exclusivo recurso à

electricidade como fonte de energia.

O que valem as tretas

«E qual era a frase?», perguntaram da bancada do PCP ao presidente da AR, quando este, respondendo a uma interpelação do camarada Jorge Lemos, dizia que umas duas dezenas de pessoas apenas tinham sido impedidas de entrar na Assembleia para assistirem ao debate da ratificação do pacote laboral porque traziam letras coladas nas camisolas «formando uma frase». O presidente não quis dizer qual fosse a frase, mas os jornalistas apostavam que não era «decoar frase simpática para a "AD"» e o seu Governo.

Isto passou-se no início do debate, quando os deputados do PSD corriam para os seus lugares, talvez num intervalo do Mundial, para fazerem o quorum necessário ao prosseguimento dos trabalhos. O secretário de Estado da Reforma Administrativa sentava-se, enfadado, na sua cadeira, com a lição trazida de casa, pouco disposto a responder às acusações dos comunistas que, pela voz do independente Anselmo Anibal, criticariam as medidas governamentais integradas no pacote de decretos.

Este conjunto de 7 diplomas não tem um carácter avulso, disse Anselmo Anibal. É um pacote carregado de ameaças por potenciar o desemprego e conduzir a despedimentos, por congelar promoções e carreiras, por propiciar o desmantelamento de sectores de actividade do Estado. Estamos perante objectivos bem determinados, inseridos, aliás, numa política global que conduziria, segundo o ainda Governo, a diminuir e deflacionar as despesas públicas, por um lado, e a alterar significativamente as condições da prestação de trabalho na função públi-

ca. E que se insere, por sua vez, na política global que pretende implementar no nosso país uma situação de instabilidade global nas relações de trabalho, um aumento de arbitrariedade decisória por parte dos empregadores e entidades patronais, um recurso constante a trabalhos a prazo e à tarefa, condições óptimas para acumulações aceleradas de alguns, e enriquecimentos consequentes à custa dos outros.

Sobre ter estes objectivos, o «pacote» da função pública, publicado a 10 de Maio, é feito formalmente ao abrigo de uma autorização legislativa, decorrente da lei 40/81 de 31 de Dezembro e que acentuava ficar o Governo «autorizado a publicar as medidas legais necessárias à implementação de uma política de emprego da função pública e a uma adequada gestão dos seus recursos humanos, em particular pleno aproveitamento dos excedentes e da sua efectiva mobilidade». Quem conhece minimamente o texto dos diplomas hoje objecto desta ratificação

sabe que tais diplomas iludem grosseiramente a autorização. Por um lado, ligando o texto aos diplomas, o que se verifica é que o Governo não só não promove a integração dos «excedentes» existentes à data e constituídos ao abrigo da legislação então vigorante, como aponta para a criação de novos excedentes. Por outro lado, o pacote, ele próprio, acaba por ser um conjunto de subautorizações legislativas com que o Governo ficaria de posse, para, em resolução do Conselho de Ministros, ou em despachos, ou em portarias, poder continuar arbitrariamente a definir o que pretendia. Um Governo que chegou aqui, quando do programa, a apontar no meio de muitas promessas — em que é costumeiro e falante — que iria combater sem tibiezas, o desemprego, faz exactamente o contrário e às palavras e promessas que disse foram mentiras que se ouviram e valem o que valem as tretas. O Estado está constituído na obrigação de executar políticas de pleno emprego, e o Gover-

no dito constitucional, mas conduzindo uma política fora do quadro constitucional, ilude a autorização e promove exactamente uma política de diminuição do volume de emprego.

A longa intervenção de Anselmo Anibal, que analisou os diferentes diplomas, todos eles gravosos para os trabalhadores da função pública, foi a peça fundamental de um debate que afinal acabou por não haver, tal a pobreza dos argumentos do membro do Governo. Nem houve, posteriormente votação.

Na terça-feira de manhã, quando estava agendada a discussão de dois projectos de lei — ambos da autoria do PS, ASDI, UEDS, MDP e UDP — um deles concedendo o perdão de penas por crimes de fim exclusivo ou predominantemente político, o outro determinando que aguardem o julgamento em liberdade provisória os arguidos de certas classes de crimes em prisão preventiva excessiva, as sucessivas interrupções pedidas pelo PSD levaram a que a discussão dos textos fosse adiada, bem como a sua votação.

Trabalhadores

Sumário das lutas

• Setenave — Os sindicatos representados na Setenave, após várias tomadas de posição sobre a luta na empresa, designadamente contra as ameaças de reprivatização, distribuíram anteontem pelos meios de comunicação social uma boa análise do agravamento consecutivo das condições do estaleiro. Os sindicatos reafirmam que desde Novembro último, os trabalhadores da Setenave têm deparado «com situações de atraso no pagamento de salários e incertezas quanto ao seu recebimento». As construções em curso — acrescentam os sindicatos — nomeadamente, três navios para a frota nacional, estão praticamente paradas por se estar à espera de um despacho que desbloquee os subsídios à construção previstos no decreto-lei 345/80. No sector de reparações (vital na empresa) o volume de trabalho é extraordinariamente baixo correndo-se o risco de atingir o zero, devido à falta de disponibilidade de tesouraria para aquisição de materiais. São «sucessivas as demissões de trabalhadores qualificados», alertam ainda os sindicatos que concluem: «Esta situação faz parte de uma política de estrangulamento da empre-

sa, levando até à inviabilidade e à preparação do terreno para a entrega ao capital privado. Alguns grupos monopolistas, tais como os Mellos e outros, estão interessados na empresa para aumentarem os seus capitais e imporem a sua política. Será que a empresa se torna assim mais viável? Os sindicatos denunciam esta situação que agrava ainda mais a economia nacional, põe em causa a



independência nacional, os postos de trabalho e demais conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

• Lisnave — Os trabalhadores da Lisnave, afectados pelos problemas específicos da empresa e gerais da construção naval, vivem também como na Setenave um conflito e um processo de luta com forte adesão. Explicando as razões desse processo, a

AGT (assembleia geral de trabalhadores) denuncia «a política criminosa de desemprego levada a cabo pela administração», a recusa de satisfazer reivindicações realistas e justas, a atitude de «não aceitar grandes reparações e reconversões», a política financeira da administração «de recurso desenfreado a empréstimos a curto prazo para a reconstituição do novo monopólio Mello, que em 1981 custou

para «aprofundarem os contactos com a Coordenadora da Indústria Naval por forma a encantar a possibilidade de uma luta unificada a nível deste sector; continuarem a pressionar os órgãos de soberania, exigindo-lhes que tomem medidas face à situação na nossa empresa; utilizarem todas as formas para denunciar junto da opinião pública a situação existente na Lisnave; avançarem com todas as formas de luta que acharem convenientes, incluindo concentrações, manifestações e greves, até à resolução dos graves problemas que afectam os trabalhadores da Lisnave».

• STCP (Transportes Colectivos do Porto) — Depois de vários dias de greve (28 de Maio, 4, 9 e 11 de Junho) sem circular um único veículo, novas paralisações estão marcadas para 5 dias seguidos entre 21 e 24 do corrente, se até lá o conflito não for resolvido o conteúdo dos trabalhadores que reivindicam, como se sabe, aumentos salariais idênticos aos da Carris. O Sindicato lamenta os «prejuízos» que os utentes estão a suportar, mas lembra que a responsabilidade não é dos trabalhadores.

• RN (Rodoviária Nacional) — Apesar dos prejuízos que estão a sofrer e apesar das manobras demagógicas do conselho de gerência e dos sindicatos «vegetais», os trabalhadores aderiram em massa às paralisações de 7 e 8 do corrente pela «revisão justa da tabela salarial e outras cláusulas de expressão pecuniária e pela manutenção das regalias alcançadas». A Federação sindical do sector afirma que «dará continuação a esta luta que só terminará quando haja garantia de defesa dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, conscientes como estamos — sublinha o secretário da FESTRU — de que mesmo aquilo que os utelistas já conseguiram em matéria salarial conseguiram-no com base na luta desenvolvida por todos os trabalhadores da RN.

• Cometrna — No seguimento da luta na empresa pelo caderno reivindicativo as ORTs dos trabalhadores da zona da Amadora promoveram anteontem uma concentração de apoio e solidariedade em frente às instalações da Cometrna na Venda Nova.

• Função Pública — Em discus-

são na AR o pacote laboral também chamado dos excedentes. Numa intervenção na última sessão-feira foi chamada a atenção da Câmara para o facto de apenas 122 754 dos 313 820 trabalhadores da Administração Central estarem definitivamente vinculados ao Estado — medida suficiente para se avaliar a vaga de insegurança no emprego que corre pelo sector sob ameaça directa do Governo "AD".

• Indústria e Comércio Farmacêuticos — A Federação de sindicatos do sector preconiza paralisação, se o patronato e o Ministério do Trabalho mantiverem a atitude de boicote à revisão do CCTV.

• Grupo Previdente — Quatro horas de paralisação diária durante a semana em curso em apoio da negociação do caderno reivindicativo.

• Metropolitano de Lisboa — O secretariado da célula do PCP na empresa, num apelo à unidade, acusava recentemente a direcção do Metro de interpretar «a sua gestão» parte do clausulado do AE e, nomeadamente, de tentar «criar condições para acabar com o refeitório».

A venda

O Militante

Table listing contents of 'O Militante' magazine, including 'É preciso defender a democracia em perigo', 'Um maior esforço no último mês da Campanha de Recrutamento', 'Aumentemos a divulgação de "O Militante"', etc.

Informação sindical

• Semana de esclarecimento e luta — A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal (CGTP-IN) anunciou em 14 do corrente, o início de uma semana de luta, esclarecimento e agitação em todo o distrito, "procurando sensibilizar mais ainda as populações para os perigos que representa para o regime democrático e os ideais de Abril a continuação da "AD" na área do poder", afirma a USS, acrescentando num comunicado que "esta acção, que decorre de 14 a 19 de Junho em todos os concelhos, foi decidida num encontro de activistas sindicais do distrito que teve lugar em Setúbal no passado dia 9.

• "O Trabalhador da Função Pública" — Abordando os assuntos mais importantes e actuais do sector o número de Junho do boletim do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores chama a atenção, designadamente, para o pacote laboral que vai ser discutido na Assembleia da Re-

sembleia realizada em 8 do corrente, em Lisboa. • Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira — Este Sindicato distribuiu um memorando sobre "a grave situação económica e social" do sector do "vidro doméstico" (cristalaria). Entretanto realizaram-se plenários de trabalhadores que, além de outras decisões, mandaram a direcção sindical para, "quando entender mais oportuno", desencadear "as formas de luta necessárias à salvaguarda dos postos de trabalho". • FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos) — Reunidos recentemente o secretariado e o plenário da FESTRU marcaram para 23 e 24 de Outubro próximo o 2.º Congresso da Federação. Num telex "o secretariado e o plenário manifestaram a sua determinação de desenvolver as acções necessárias e desen-



cadearam todas as formas de luta adequadas no sentido de darem satisfação às reivindicações dos trabalhadores, nomeadamente dos trabalhadores da RN e dos STCP, de denunciarem firmemente o acordo de revisão constitucional celebrado entre a direcção do PS e a "AD", de lutarem sem hesitações contra o golpismo, o oportunismo e a subversão, e de exigirem a urgente demissão do Governo, a dissolução da AR e a realização de eleições gerais, apoiando todas as iniciativas que considerarem de acordo com estes objectivos".

• "Contacto" (Quimigal) — Recebemos o número dos 3 primeiros meses deste ano do "Contacto". Com a capa dedicada a 3 "datas marcantes das lutas populares" (12 de Fevereiro, 25 de Abril e 1.º de Maio) o boletim da Comissão de Trabalhadores da Quimigal, com 28 páginas, tem um extenso sumário e abre com um editorial intitulado "Abril e Maio na defesa do Estado democrático".

• CCTV-Óptica — A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços distribuiu uma folha com a "revisão salarial acordada" neste sector. • CCT — Grossistas e Importadores Materiais de Construção, etc. — A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços revela que o "patronato (do sector) proteia o início das negociações" de revisão do CCT, numa altura em que se completam dois anos de vigência da PRT (Portaria de Regulamentação de Trabalho) e mais de um ano sobre a entrada em vigor da tabela salarial.

PCP

Distrito de Leiria As perspectivas

Decorreu no passado dia 10 de Junho, na Marinha Grande, um Encontro Distrital de Quadros da Juventude Comunista Portuguesa, no qual participaram mais de 60 jovens e que contou com as presenças de Osvaldo de Castro, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, e de Henrique Neves, membro do Secretariado da Comissão Central da JCP e do Comité Central do PCP.

O Encontro realizou um balanço da actividade desenvolvida nos últimos meses e apontou as principais tarefas e perspectivas de trabalho para o período que se aproxima, no distrito de Leiria.

Os participantes no Encontro aprovaram três mocções: sobre a paz e o desarmamento, sobre os projectos de lei que o PCP apresentou relacionados com a maternidade e o planeamento familiar, e uma terceira exigindo a demissão do Governo AD.

No final houve convívio.

Novo CT do Barreiro Festa-convívio em Palhais

Mais uma iniciativa na campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho do PCP do Barreiro: no próximo dia 28, a Comissão Local de Palhais leva a efeito uma festa-convívio que, estamos certos, vai dar muito que falar.

Atenção ao programa: As 8 horas da manhã, prova de caça aberta a todos os caçadores inscritos no almoço, no campo de tiro "Quinta do Torão"; a partir das 10, torneio de tiro ao alvo para jovens dos 10

aos 15 anos, no recinto da Junta; 13 horas, fabuloso almoço-convívio (bacalhau cozido com batatas e grão, febras assadas, vinhos tinto e branco); 15, torneio de tiro aos pratos (prova feminina); 16, prova de prancha ("Taça Galinaceo"); 21 e 20, distribuição dos prémios; 22, baile.

Haverá quermesse, serviço de bar e outras surpresas no campo de tiro. Boa pontaria!

Sectores têxtil e vestuário do Porto

Repressão e despedimentos denunciados em Encontro do PCP

• Sublinhada a importância das células de empresa e assinalada a melhoria do seu trabalho

Durante toda a tarde do passado domingo, realizou-se no Porto o Primeiro Encontro de Células de Empresa do PCP dos Sectores Têxtil e Vestuário do Distrito do Porto. Presentes duas centenas de camaradas, representando, na sua maioria, os secretariados de célula de 50 empresas do distrito dos referidos sectores. Na mesa do Encontro, para além de camaradas do Comité dos Sectores Têxtil e Vestuário, estiveram ainda os camaradas Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC, Edgar Correia e Rosa Dias, da Comissão Executiva da DORP, e do CC do PCP e Ilda Figueiredo, deputada.

Ao longo de várias dezenas de intervenções foi traçada uma panorâmica da situação que os trabalhadores destes sectores de actividade vivem no presente momento. Situação que, como ficou amplamente documentado, se caracteriza, antes do mais, por uma feroz repressão patronal, pela intensificação da exploração a que os trabalhadores estão sujeitos e ainda pelo avançar de medidas que visam de imediato o despedimento de milhares de trabalhadores.

O Encontro deu balanço à importante luta dos trabalhadores pelo seu contrato colectivo de trabalho, contra a repressão patronal e por uma nova política.

tante, aos quais se veio agora juntar o boletim do sector, "O Têxtil", o reforço da intervenção das células do Partido, designadamente no que toca os graves problemas dos trabalhadores do sector.

A vivacidade dos exemplos, o profundo conhecimento das situações, das aspirações e anseios dos trabalhadores do sector, a compreensão das responsabilidades dos comunistas e do Partido e das exigências que a luta coloca estiveram presentes ao longo de todo o Encontro.

Situação insustentável

Foi a denúncia da forma como são utilizados os contratos a prazo para todo um rol de intimidações, chantagens, pressões psicológicas e violação dos mais elementares direitos dos trabalhadores. E os exemplos concretos em empresas como a Valfar e a Mindelo em

Vila do Conde, a fábrica de malhas Tentativa no Porto, a Francon, a Civil, a Mondex, a Uniteca, a Ematextil, Cotesi, a Estamparia de Lavadores, a Lionesa, em que o número de contratados a prazo atinge percentagens escandalosas.

Foi o relato de casos concretos em que se testemunha a particular sanha patronal que se abate sobre os delegados e activistas sindicais — como na Focar-Maia, na Horta & CIA, nas Malhas Ameal, nas Malhas Maber, em que os delegados sindicais estão impedidos de exercer qualquer actividade sindical no interior da empresa. O rol de suspensões, processos disciplinares e despedimentos e mesmo agressões físicas como vem sucedendo com delegados sindicais nas Malhas Ameal, na Nacitex, na Fiação do Leça e na Pedra, respectivamente.

Foi a enumeração das proibições da realização de plênários nas instalações da empresa como sucede no Mindelo, Focar, ou na Adelino da Fonseca. E da distribuição sistemática da propaganda sindical nas empresas como o caso referido do Têxtil das Guardieiras.

Repressão diversificada

Entretanto, outras formas de repressão em larga expansão foram também denunciadas — as transferências arbitrárias de trabalhadores, a ausência de liberdade de movimentos dentro



das empresas, a imposição de trabalhos mais pesados a trabalhadores que se destacam nas lutas, os controlos sobre as idas às casas de banho, as pressões económicas de toda a ordem — retirada de subsídios, discriminação na solicitação para horas extras, indo até às tentativas de suborno directo como forma de desmobilizarem os trabalhadores da luta.

As tentativas concertadas do patronato e do Governo "AD" para levar por diante uma reestruturação no sector a favor dos interesses de grandes grupos privados, alguns dos quais ligados a antigos monopolistas, lançando para o efeito milhares de trabalhadores no desemprego ao mesmo tempo que tudo fazem para a intensificação brutal da exploração dos trabalhadores nas empresas, foi outro dos temas insistentemente debatido.

E os casos concretos da Mondex, da Coats e Clark, da Uniteca e Efanor foram ali referidos.

Casos que contam já com uma história diversificada de manobras e artimanhas da parte do patronato para conseguirem levar por diante os seus objectivos, e que tem conduzido à necessidade de pequenas e grandes lutas dos trabalhadores ao nível de empresa.

Desde o caso relatado dos Mellos da Mondex que tentam colocar diariamente na cantina da empresa 200 trabalhadores inactivos, procurando criar a perspectiva inevitável de que se encontravam a mais, até ao "plano de modernização" da administração da Efanor, que provocou já o despedimento de 123 trabalhadores da tecelagem, situada em Soure, até às situações referidas de encerramento de empresas como a Raiontex, Rendas Primor, Manu, Corfams, Algot, etc., provocando nos dois últimos anos, à sua conta, mais de 4000 despedimentos no distrito do Porto — foi um sem número de provas de que mesmo sem ter conseguido até agora a revisão da legislação laboral, o patronato e a "AD", se lançam decididamente na via da reestruturação virada para a centralização e concentração capitalistas a favor dos monopólios e do imperialismo.

Rica experiência

Neste quadro, é natural que grande parte dos debates se tenha centrado na análise das pequenas e grandes lutas que têm feito frente ao desenvolvimento desta situação, na reflexão sobre a rica e diversificada experiência de luta que os trabalhadores e comunistas do sector vão acumulando, na ponderação acerca das formas organizativas de responder às novas situações e de organizar e reforçar a luta dos trabalhadores. Em foco as inúmeras lutas de

empresa, a experiência da vigorosa luta durante o ano de 81 travada pelos trabalhadores do sector por um contrato colectivo de trabalho e contra o contrato de tração negociado entre o Sindetex/Governo/patronato, a participação activa e massiva da classe operária têxtil do distrito no vasto caudal de lutas pelo derrube do Governo "AD", com destaque para as greves gerais em que a resposta dos trabalhadores têxteis foi firme e combativa.

Experiência que constitui por sua vez motivo de enriquecimento das organizações do partido, que tal como ficou comprovado nesta reunião se encontram profundamente ligadas à vida, à luta dos trabalhadores. Dos avanços do trabalho em concelhos com elevado número de trabalhadores têxteis como Santo Tirso, Matosinhos, Gaia, Porto, deram conta intervenções de vários camaradas que puseram em destaque a expansão do trabalho do Partido, a diversificação das formas organizativas, as experiências do trabalho de recrutamento, de venda da imprensa às portas das fábricas, de acções de esclarecimento e de direcção das lutas mesmo em condições difíceis ou em empresas em que a organização ainda é débil ou está insuficientemente estruturada.

Motivo de particular júbilo foi a distribuição do primeiro número de "O Têxtil", que se podia ver nas mãos de todos os participantes e que terá chegado desde então já a muitas e muitas empresas, a milhares de trabalhadores do distrito. Um boletim que tal como foi afirmado no Encontro (o Comité dos Sectores Têxtil e Vestuário do Distrito do Porto decidiu passar a publicar regularmente.

campanha FÉRIAS 82

A campanha de fundos Férias/82 da Organização Regional do Porto (ORP), começa já a dar os seus resultados. Várias organizações avançam nas suas metas e é a organização de V. N. de Gaia que vai à frente com 52,5% da meta cumprida. A seguir estão os sectores Intelectual e da Saúde com 48,2%, o Comité dos Grandes Serviços com 33,7%, a Comissão de Sede da Boavista 33,3%, Gondomar com 12,4% e Comité Local do Porto com 10,7%.

Há, no entanto, muitas organizações que pouco ou nenhum dinheiro recolheram. Podemos dizer que, no global, apenas 19,58% do objectivo geral. Se tivermos em conta que Julho e Agosto são meses de férias, verificamos que não nos resta muito tempo útil para a recolha de dinheiro.

Há, portanto, que meter mãos ao trabalho! Continuar a discutir politicamente a necessidade da campanha, fazer um acompanhamento e controlo rigorosos, preparar mapas e gráficos que nos permitam medir esforços.

É preciso organizar e dirigir o trabalho da campanha. Por exemplo, muitas organizações constituíram grupos de trabalho específicos para esta tarefa, enquanto outras fizeram reuniões só para planificarem abordagens.

É preciso encontrar formas próprias para melhor concretizar esta tarefa.

Vamos fazer um grande esforço de recolha de fundos!

Carnaxide

A Comissão de Freguesia de Carnaxide do PCP leva hoje a efeito uma reunião de camaradas das células de empresa.

O encontro decorrerá no Centro de Trabalho de Algés, a partir das 18 e 30.

Participa o camarada Jerónimo de Castro, do Comité Central.

Sessão em Alhandra

No passado dia 4, na Praça 7 de Março, em Alhandra com a assistência de cerca de 500 pessoas, realizou-se uma sessão de esclarecimento com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, sobre a situação política actual.

Depois de uma intervenção inicial de um camarada da Comissão Concelhia de Vila Franca, a sessão teve interessante participação dos assistentes.

Sorteio em Beja

A rifa da Comissão Distrital de Beja referente à data festiva de S. António teve os seguintes números premiados:

- 1.º prémio — 38 241 — televisor a cores
- 2.º prémio — 31 376 — máquina de lavar roupa
- 3.º prémio — 48 806 — bicicleta de criança

Convívio em Sarilhos Grandes

Com a participação de cerca de 300 pessoas realizou-se em Sarilhos Grandes, no armazém da Quinta da Facada, um convívio-sessão.

Animaram o convívio alguns artistas amadores e profissionais do fado. Dias Lourenço fez uma intervenção sobre a situação política que teve depois participação de elementos da população local.

Fraternidade

• Festa em Grândola

«Vamos realizar no dia 19 de Junho a primeira jornada de trabalho da 5.ª edição da Festa da Fraternidade em Grândola, que este ano irá ter 40 pavilhões», revela-nos o Executivo da iniciativa, que acrescenta:

«Apelamos a todos os militantes da Organização do concelho para as jornadas de trabalho no local da Festa e muito especialmente para as jornadas nos dias 10 e 11 de Julho. Ao trabalho camaradas!».

A organização do Partido e o sector têxtil

Discursando no Encontro de Células de Empresa do PCP dos sectores Têxtil e Vestuário do distrito do Porto, Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP, afirmou em determinado passo, a propósito da organização do Partido e do sector têxtil:

«Encontramo-nos hoje para discutir a vida das células têxteis no distrito do Porto. O objectivo é claro: aprofundar a análise dos problemas existentes, melhorar a troca de experiências, alargar a participação dos militantes na vida e nas decisões do Partido. Queremos dar força e capacidade de intervenção às células de empresa, que o nosso Comité Central reafirmou como "a

forma fundamental e prioritária da organização de base do Partido».

Esta tem sido sempre uma direcção fundamental do nosso trabalho.

Mas também é verdade que, por razões objectivas e subjectivas, nem sempre temos conseguido dar-lhe toda a atenção que se exigia.

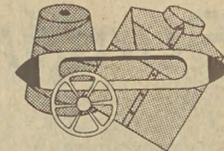
Eganam-se redondamente — ou iludem-se — os que especulam — ou até se regozijam... — com a atenção que o Partido está a dar à sua vida interna. A realidade é que, desde fins de 74, o Partido, no Porto, multiplicou por 18 o número dos seus efectivos e multiplicou por 20 o número dos seus militantes operários.

Nestes anos o Partido

quintuplicou no Porto o número de organismos partidários nas empresas industriais, mais que sextuplicou o número de militantes neles organizados. Mas é preciso sublinhar que as células operárias não foram uma excepção. Tal quadro é o quadro geral de crescimento orgânico do Partido em quase todos os sectores.

Este crescimento tem sido ele próprio uma característica do Partido: todos os anos cresce o número de militantes, cresce o número de organismos, cresce o número de quadros, cresce a complexidade e a diversificação da estruturação da organização do Partido.

Na própria organização do Porto essa evolução é visível.



Dum relativamente reduzido número de militantes clandestinos, organizados em pequenas ou pequeníssimas células clandestinas, algumas vezes dispersas por contactos individuais fortíssimos e compartimentados, o Partido passou rapidamente, em 1974, para uma organização sectorial, (o "sector têxtil"), abrangendo centenas de militantes, estruturados em secretariados e núcleos de célula, enraizados nas massas e virados para as massas, centralizados pelo Comité Têxtil.

Sinal de saúde

Hoje, no Porto, o nosso

Beira Interior A situação política e social analisada pelos comunistas

Na sua reunião plenária, de 7 de Junho, realizada na cidade da Covilhã, a Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP, além de analisar os problemas de organização no meadamento a estrutura e o funcionamento das células de empresa, discutiu a situação política e social da região, bem como as conclusões da última reunião do Comité Central.

A DORBI (que engloba os distritos de Castelo Branco e da Guarda), concluiu que, com a continuação da "AD" no Governo, agravam-se diariamente as condições de vida da população da Beira Interior. A classe operária (particularmente os operários têxteis) e as restantes camadas laboriosas vêem diminuído o seu poder de compra, crescer o número de desempregados e dos contratos a prazo, assistindo-se também a uma intensificação da repressão nas empresas, visando os operários mais lutadores e combativos, como é o caso recente do despedimento de um delegado sindical na "Fercol".

Os agricultores continuam a sofrer os efeitos da ruína poli-

tica do governo "AD", através dos aumentos dos factores de produção, do crescente atraso do paramento do leite («Luso-Serra»), das crescentes dificuldades de acesso ao crédito, ou ainda do aumento do Preço do gasóleo enquanto que o tão propagandeado subsídio é simplesmente anulado. Os prejuízos causados pela geada e pelas trovoadas (em fins de Maio), irão ficar por pagar — caso os agricultores não lutem por esse direito.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais depararam com dificuldades crescentes, que se traduzem na própria sobrevivência das empresas, ou outras dificuldades de que são exemplo as empresas Reis Miguel no Fundão, Gitexil, Unilã, Ernesto Cruz e Manuel Menezes na Covilhã (esta última encerrada por falência), ou ainda da SIG de Gouveia, onde o futuro dos trabalhadores e da própria empresa está indefinido. Perante a crise profunda que este sector atravessa, o Governo "AD" aumenta as taxas de juros e restringe o crédito, criando novas dificuldades.

O descalabro da política económica do Governo "AD" reflecte-se também nas empresas nacionalizadas da região, como é o caso do Centro Fabril de Ródão da Portucel, onde a incapacidade de gestão provoca a produção de matéria-prima sem qualidade, que hoje se acumula nos depósitos da fábrica.

Os pensionistas e reformados, compram cada vez menos com as pensões e as reformas de miséria que recebem. Os jovens, força viva do País, não encontram solução para os seus problemas de emprego.

A "AD" confrontada com os efeitos da sua política, decompõe-se internamente em vários grupos, todos eles interessados em sacudir as suas responsabilidades, pretendendo nas eleições que se aproximam aparecer como os «críticos» da crise, da qual eles são os principais responsáveis. Aumentam as suas tensões e conflitos internos, as demissões de homens destacados do PSD e a contestação à política deste partido e do Governo "AD", por parte das estruturas mais importantes do PSD no distrito de

Castelo Branco.

Por seu lado, o PS, em consequência dos acordos entre Mário Soares e Freitas do Amaral/Balsemão, também a nível regional é cada vez menos alternativa à "AD", ao mesmo tempo que vê crescer a onda de descontentes e a oposição interna aos novos acordos do PS com a direita.

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP apela aos trabalhadores e a todo o povo da região para participarem activamente na luta contra o plano de revisão constitucional da Constituição na base dos acordos "AD"/M. Soares, exigindo a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a convocação de novas eleições no prazo constitucional de 90 dias e a formação de um governo de gestão, capaz de presidir, com isenção, à consulta eleitoral.

Com tais medidas será derrotado o plano golpista da "AD"/M. Soares e abrir-se-á caminho para a resolução dos graves problemas nacionais, para a defesa e consolidação do regime democrático.

Deputados do PCP contactam eleitores

No quadro dos contactos com os eleitores e do conhecimento e soluções dos problemas dos seus círculos eleitorais, os deputados do PCP Dias Lourenço e Álvaro Brasileiro visitaram o concelho de Sardoal e algumas freguesias do concelho de Abrantes.

No Sardoal debateram com o presidente da Câmara Municipal alguns dos problemas mais instantes do concelho, visitaram a escola do ciclo preparatório e o novo edifício em construção inteirando-se dos projectos e carências; o clube desportivo que utiliza o campo de jogos municipal em que se projecta um polidesportivo mas no qual as obras de um balneário se encontram embargadas por uma incompreensível obstrução da Direcção das Estradas; também a fábrica de malhas SARDAN a braços com problemas de escoamento e uma stockagem anormal de produtos acabados, à espera da solução de um contrato de viabi-

lização que há anos aguarda luz verde do Governo; o Centro de Saúde, com condições para ampliar a assistência clínica às populações do concelho mas que aguarda a definição clara do seu estatuto e naturalmente meios essenciais para a prestação de serviços para os quais tem apetrechamento mínimo.

No concelho de Abrantes, os dois deputados do PCP visitaram as obras da barragem de Mouricães há mais de um ano paralisadas — que possivelmente o Governo "AD" vai fingir que retoma no período eleitoral — com graves prejuízos materiais para a população.

Visitaram ainda a Cooperativa Agrícola da Bemposta e o Grupo Desportivo local e outra Cooperativa Agrícola de S. Facundo.

Os problemas com os quais depararam serão levados no âmbito da sua actividade parlamentar ao Governo central.

FESTA do **Avante! /82**

ESPECTÁCULOS

Kings (Cabo Verde)



Os Kings são um grupo de Cabo Verde formado em 1975. O seu estilo musical é uma mistura de música tradicional africana com o rock e o jazz. O grupo tem sido muito popular no seu país e também em Portugal.

Josh White Jr. (EUA)



Josh White Jr. é um músico norte-americano de origem afro-americana. É filho do famoso cantor e compositor Josh White. O seu estilo musical é uma mistura de blues, jazz e folk.

FESTA do Avante! /82

Baden Powell (Brasil)



Baden Powell é um compositor e violonista brasileiro. Foi um dos principais nomes da bossa nova e do jazz brasileiro. O seu estilo musical é uma mistura de jazz com a música tradicional brasileira.

Rão Kyao (Portugal)



Rão Kyao é um músico português de origem africana. O seu estilo musical é uma mistura de música tradicional africana com o jazz e o rock.

Grupo Moncada (Cuba)



Grupo Moncada é um grupo cubano de música tradicional. O seu estilo musical é uma mistura de música tradicional cubana com o jazz e o rock.

Manu Dibango (Camarões)



Manu Dibango é um músico camaronês. O seu estilo musical é uma mistura de música tradicional africana com o jazz e o rock.

CLINT EASTWOOD & GENERAL SAINT

REAGGAE

Plavci



Clint Eastwood e General Saint são dois músicos norte-americanos que se dedicam ao reggae. O seu estilo musical é uma mistura de reggae com o jazz e o rock.

ROCK

OMEGA



Omega é uma banda portuguesa de rock. O seu estilo musical é uma mistura de rock com o jazz e o folk.

FESTA do Avante! /82 A MÚSICA PORTUGUESA

Carlos do Carmo

Carlos Mendes

Adriano Correia de Oliveira

Samuel

Barata Moura

José Jorge Letria

Sérgio Godinho

Maria do Amparo

Carlos Alberto Moniz

Trovante

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO



Buffy Sainte-Marie (CANADÁ)

Buffy Sainte Marie, uma índia canadiana da tribo Cree, é, desde meados dos anos sessenta, um dos nomes mais destacados do movimento da «folk song» norte-americana. Militando activamente na defesa dos direitos do seu povo, vítima secular de injustiças, discriminações e violências, Buffy Sainte Marie tornou-se conhecida nos Estados Unidos e na Europa, durante a década de 60, com a composição «Universal Soldier», que passou a figurar no repertório dos mais importantes cantores «folk» da América do Norte. Ao lado de Marlon Brando e de outros conhecidos nomes do espectáculo, realizou digressões por países europeus e asiáticos, mobilizando a opinião pública internacional para a luta pela paz, pelos direitos dos índios e das crianças. Alguma da música que compôs para filmes foi premiada em Cannes e Roma. Muitas das canções que escreveu foram ou são interpretadas por cantores como Elvis Presley, Barbara Streisand, Cher, Helen Reddy,

Roberta Flack e Chet Atkins, entre outros. Acompanhando-se à viola e ao piano, Buffy Sainte Marie tem sido considerada pela crítica da especialidade como um fenómeno de comunicação, devido à forma como transmite as emoções, as esperanças, as alegrias e as lutas dos oprimidos, que se revêem no seu canto de denúncia e combate. «Until It's Time for You To Go», um dos seus temas de amor, foi gravado em todo o mundo por mais de duas centenas de cantores. Desenvolvendo uma actividade cultural e cívica que está longe de se esgotar na área da canção, Buffy Sainte Marie tem publicado colectâneas de poemas, realizado exposições de pintura e colaborado regularmente em programas da rádio e da televisão. Foi ainda um dos principais participantes na série televisiva norte-americana «Abre-te Sésamo», já exibida em Portugal. Nas suas mãos, a canção é um instrumento de luta, um apelo à lucidez e à esperança colectiva.



COM 30 000 WATTS DE SOM!



**Ary
dos Santos**



**Carlos
Paredes**

**FESTA
do
Avante!
82**



**Trabalhadores
do Comércio**

**Orquestra de Jazz
do Hot Clube**



**Brigada
Vitor Jara**



**Rui
Veloso**



Jáfumega

Vitorino
com **Pedro Caldeira Cabral**
e o **Bando da Planície**



FESTA do Avante! /82



October Club (RDA)

O «Oktoberklub» é um dos mais significativos e importantes agrupamentos de canção política entre os 2000 existentes na República Democrática Alemã. Os seus elementos deslocam-se agora pela segunda vez a Portugal para, numa magnífica prova de internacionalismo proletário — que, aliás, inspira grande parte dos seus temas musicais — demonstrarem a sua solidariedade para com os comunistas e todos os democratas portugueses.

Composto por mais de uma dezena de jovens estudantes e trabalhadores que, além de cantarem, tocam viola, banjo e instrumentos de percussão, o «Oktoberklub» faz da sua actividade musical um prolongamento da sua atitude perante a vida. O internacionalismo que interpretam — cantando canções

revolucionárias de vários países — é o mesmo internacionalismo que praticam. Em Berlim, o grupo é o organizador do Festival da Canção Política. Além disso, tem participado em inúmeros festivais realizados em Cuba, na Bulgária, na União Soviética, na Polónia, na Finlândia, em França, na Itália. Há nove anos, pouco antes do golpe fascista de Pinochet, o «Oktoberklub» participou no I Festival da Canção Política de Santiago de Chile, ao lado de Vitor Jara, Inti-Illinani e Quillapayun. O Chile, a luta dos seu povo contra a ditadura, a solidariedade é, também, um dos principais temas do «Oktoberklub». Um tema que se prolonga na condenação do fascismo e da opressão, na luta pela liberdade e o socialismo. Um grande tema apresentado pelos «Oktoberklub», ora alertando, ora criticando, mas sempre divertindo.



ESPAÑA



GI NÁS TICA

A ginástica, sector desportivo com milhares de entusiastas, vai estar em força e em qualidade superior na Festa do «Avante!» deste ano de 1982. Em força, porque reunirá muitos atletas em autênticos festivais desportivos no Alto da Ajuda. Em qualidade, porque os visitantes terão oportunidade de apreciar o belo trabalho de conhecidos atletas estrangeiros, ginastas destacados da esfera olímpica, mundial e europeia. Falamos das delegações da URSS, Checoslováquia e Bulgária que este ano teremos entre nós. Mas há ainda que salientar a participação de ginastas de várias colectividades populares das regiões de Lisboa e Setúbal.

Prepara-se, sem dúvida, uma grandiosa jornada de divulgação e valorização da ginástica e do espectáculo desportivo. URSS: Filatova, Chapochnikova, Makutz, Sut — «gigantes» que o Mundo aplaude. Entre outros elementos, a delegação desportiva da URSS à Festa do «Avante!» inclui quatro ginastas de grande craveira internacional, conhecidos e aplaudidos a nível internacional. Maria Filatova, Natalia Chapochnikova, Bogdan Makutz e Pavel Sut vão estar na Ajuda e com eles o melhor do que o Mundo da ginástica conhece.

Maria Filatova conquistou a Taça do Mundo de Ginástica Desportiva em 1979 e foi campeã olímpica nos Jogos de Montreal, realizados em 76, durante os quais a conhecida ginasta apresentou exercícios inovadores. Em 1978 conquistou a medalha de ouro na competição individual da III Taça do Mundo, em S. Paulo (Brasil).

Na Olimpíada-80, em Moscovo, Filatova obteve a medalha de bronze nas paralelas assimétricas.

Natalia Chapochnikova conquistou em 1977 a Taça da URSS e algumas medalhas de ouro na Taça do Mundo (obtendo um brilhante terceiro lugar absoluto) e no Campeonato da Europa; medalha de bronze no Campeonato do Mundo de 1978, onde, com uma perfeição admirável, executou o perigoso «salto Deltchev», que, até então, só era executado por homens; foi campeã do Mundo por equipas em 1979; e campeã absoluta das VII Espartaquíadas dos Povos da URSS.

Nas Olimpíadas de 80, na URSS, foi medalha de ouro

(salto de cavalo) e obteve ainda medalhas de bronze (trave e exercícios no solo).

Natalia, ginasta especialmente forte nas paralelas assimétricas e na trave, detém dois exercícios inovadores que só ela consegue executar: o «sol Chapochnikova» e o «avião Chapochnikova».

Bogdan Makutz fez parte da equipa nacional da URSS que obteve a medalha de ouro na Olimpíada de 1980. No mesmo ano, conquistou a medalha de ouro na X Taça do Mundo, em Toronto.

No ano seguinte, integrou a selecção soviética vencedora do Campeonato do Mundo. A equipa olímpica era constituída por Andrianov, Dittatin, Makutz, Markelo, Azaryan e Tkatchev e a que esteve presente no

Mundial de 81 era composta por Dittatin, Makutz, Tkatchev, Akopian Sut e Korolev. Nesse Campeonato Makutz obteve a medalha de prata, sagrando-se como uma das certezas da nova geração da ginástica soviética.

A delegação soviética, além de Maria Filatova, Natalia Chapochnikova, Bogdan Makutz e Pavel Sut, integra o par campeão da URSS de ginástica acrobática Valeri Liapunov e Serguei Tchijevski; a jovem ginasta Nelli Gaas; e o Grande Mestre de Xadrez Iuri Averbaj.

Checoslováquia: Uma delegação desportiva pela 1.ª vez na Festa do «Avante!» País da inesquecível ginasta Vera Chaslavská, que conquistou várias medalhas de

ouro nos Jogos Olímpicos e campeonatos do Mundo no final da década de 60, a Checoslováquia participará este ano pela primeira vez com uma delegação desportiva.

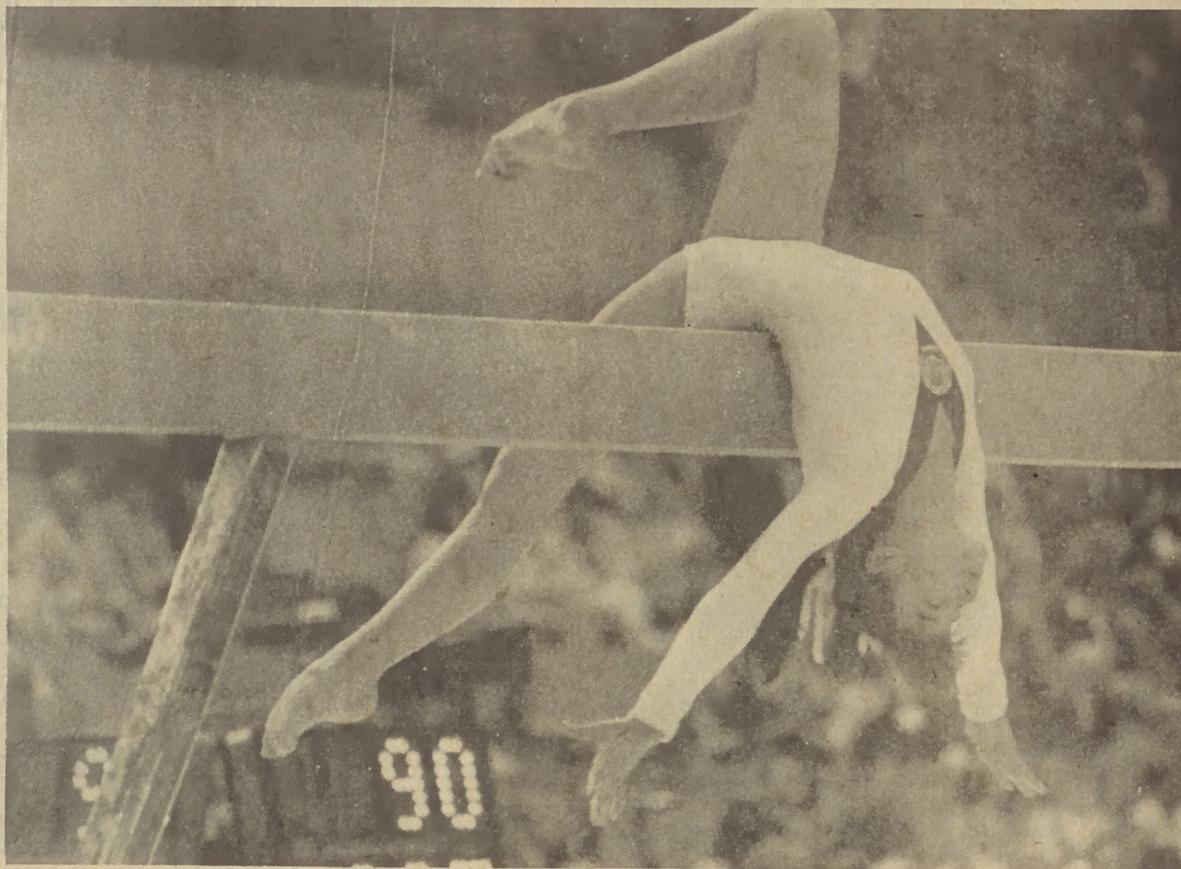
Trata-se de um grupo de ginastas acompanhadas pelo treinador da selecção nacional Stanislav Vyzina: Jana Labakova, vice-campeã nacional da Checoslováquia, participante nos Jogos Olímpicos de 80, onde se classificou colectivamente em 5.º lugar e em 15.º individualmente; 12.ª classificada no campeonato do mundo de 1981; 1.ª no torneio internacional de Antibes em 81 (à frente da forte selecção da URSS); 1.ª no torneio internacional de Kosice/81; 3.ª no torneio internacional de Praga.

Libuse Slezakova, 5.ª classificada no torneio internacional da juventude, na República Popular da Coreia, de 1981, reservado a jovens ginastas de países socialistas; 6.ª no torneio internacional de Praga/81; 11.ª classificada no torneio internacional de Antibes 81.

Radka Zemanova, 7.ª classificada no campeonato da Europa (Madrid, 81) onde obteve a classificação de 9.60 nos exercícios no solo, especialidade em que é uma das duas únicas ginastas que executa o triplo salto mortal; 1.ª no torneio internacional de Praga/81; 5.ª no torneio internacional Kosice.

Martina Pexova, jovem ginasta de 14 anos que foi considerada em 1979 como a «menina

prodígio» da ginástica da Checoslováquia; 11.ª classificada no torneio internacional da República Popular da Coreia-81. Poderemos também ver em acção no Alto da Ajuda a ginasta Eva Hudekova. Bulgária: A rítmica no Alto da Ajuda. Da Bulgária virá uma delegação de especialistas de ginástica rítmica, incluindo possivelmente elementos da selecção nacional. Saliente-se, a propósito, que a Bulgária é a actual campeã do Mundo de ginástica rítmica. Em 1978, como muitos ainda se recordam, esteve na Festa do «Avante!» uma equipa de ginástica rítmica, que suscitou então vivo entusiasmo entre os visitantes.



PCP



Concelhia de Olhão

Mais jovens, operários e pescadores nas fileiras do PCP!

• Uma orientação no recrutamento

Com a presença de cerca de uma centena de delegados e algumas dezenas de convidados decorreu recentemente a I Assembleia da Organização do PCP do concelho de Olhão.

Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, encerrou os trabalhos com uma intervenção em que, além de apreciar os trabalhos da Assembleia, referiu detalhadamente aspectos que se colocam na vida política.

Mais de uma dezena de intervenções produzidas pelos delegados à Assembleia aprofundaram a discussão do relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante e no qual se detalhavam importantes aspectos da actividade do Partido, dos problemas do concelho, da luta e da resistência dos operários, pescadores, agricultores, dos jovens e das mulheres face à política desenvolvida pelo Governo da "AD".

A Assembleia discutiu de forma viva e profunda os problemas locais do concelho. Pela voz dos seus delegados, foram referidos entre outros, os problemas com que se defronta a indústria de conservas de peixe, a pesca, a Ria Formosa, a construção civil, a agricultura, o turismo e a habitação, através de in-

tervenções reveladoras de um profundo conhecimento dos problemas.

Grande importância foi dada à história política, social e económica da Vila da Restauração: a resistência às invasões francesas, a luta contra o fascismo, a defesa e consolidação do regime democrático, o nascimento do Partido em Olhão nos finais dos anos 20, as lutas operárias dos anos 40, a jornada do MUD/Juvenil em Bela Mandil, o Partido e a luta após o 25 de Abril.

Tudo isto passou pela Assembleia de forma muito viva e não raras vezes emocionada como sucedeu quando o presidente da Junta APU da Freguesia de Pechão, poeta popular, contemporâneo e amigo de António Aleixo, ofereceu à Assembleia um poema evocativo dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto ("Nos primeiros de Maio que exaltam Lutas que no Mundo ocorrem, São sempre os mesmos que matam/ São sempre os mesmos que morrem!").

A Assembleia aprovou um conjunto de conclusões das quais destacamos:

- Continuar a desenvolver esforços para ligar mais e mais a

organização do Partido às lutas e aos problemas dos trabalhadores;

- Aprofundar a organização do Partido, consolidar os organismos existentes, procurando integrar mais camaradas na actividade regular do Partido;
- Incentivar o recrutamento visando particularmente os jovens, operários e pescadores;
- Aprofundar o trabalho eleitoral de modo a que nas próximas eleições autárquicas se ampliem os resultados obtidos nas últimas eleições;
- Melhorar a formação ideológica dos quadros do Partido.

A Comissão Concelhia eleita é composta por 23 camaradas dos quais 12 são operários e pescadores, 9 são empregados e técnicos, a que se juntam 1 pequeno industrial e uma doméstica. A média de idades é de 35 anos. Da nova Comissão Concelhia fazem parte 4 mulheres.

Os avanços produzidos no trabalho do Partido no concelho dão confiança e ânimo e reforçam a certeza que mais progressos serão obtidos no aprofundamento da influência do Partido neste importante concelho do Algarve — o 4.º em população no distrito de Faro.

Joaquim Gomes Há que ter sempre em conta a força do movimento democrático

Intervindo na I Assembleia da Organização Concelhia de Olhão do PCP, o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, além de se referir aos resultados e a outros aspectos relacionados com a Assembleia, teve também oportunidade de abordar a situação política actual.

Nas palavras que dirigiu aos delegados e convidados presentes, Joaquim Gomes destacou dois temas centrais: a remodelação governamental e o processo de revisão da Constituição, Lei Fundamental do País.

Sobre o primeiro daqueles temas, retomou a ideia de que era uma altura ideal para o Presidente da República demitir o Governo "AD", e iniciar-se assim, uma viragem democrática tão necessária ao futuro do País, designadamente no plano da recuperação económica e do respeito pelos direitos dos cidadãos. Demitir o Governo "AD", dissolver a Assembleia, nomear um Governo de gestão, marcar eleições no prazo constitucional, enfim dar a palavra ao povo para abrir o caminho à resolução dos graves problemas originados pela política que tem sido seguida pelos governos da direita, recordou Joaquim Gomes, são pontos fundamentais numa alternativa democrática e objectiva. Uma alternativa válida e justa que os comunistas vêm propondo desde há muito tempo e que

tem merecido amplo apoio popular.

Considerando a remodelação governamental como um dos reflexos da profunda crise que mina as hostes da "AD" e como uma cortina de fumo para esconder as dificuldades resultantes da sua própria política, o camarada Joaquim Gomes salientou ainda que esta farsa governamental não vinha resolver nenhum dos grandes problemas políticos, económicos e sociais do País. Apontou, a título de exemplo, que tal remodelação não tocou homens como Ângelo Correia, o que significa um claro apoio à continuação das intenções golpistas e repressivas da "AD".

Sobre a revisão constitucional, Joaquim Gomes de- teve-se na análise dos perigos possíveis no caso da concretização e respectivas consequências do plano cozinheiro pela "AD" e Mário Soares.

Além de sublinhar as responsabilidades do Partido Socialista neste processo e a distinção que é necessário ter em conta — uma coisa é a política de Mário Soares,

outra é a posição dos trabalhadores socialistas e outros sectores do PS —, Joaquim Gomes falou da necessidade de continuar a luta, de reforçar a unidade democrática, e de avançar com o esclarecimento. Tarafas que, mesmo no caso de se concretizar a revisão, adiantou o dirigente do Partido, vão continuar na primeira linha das preocupações e do dia-a-dia dos militantes comunistas, dos democratas que estão com o Portugal de Abril e com a defesa das suas conquistas.

Sejam quais forem os perigos, sejam quais forem os conluios de Mário Soares com a direita, seja qual for a situação criada, há que ter sempre em conta a luta do movimento democrático e popular — concluiu Joaquim Gomes, que acrescentaria que se as forças democráticas deixassem concretizar medidas como o «pacote laboral», as desnacionalizações, o regresso da banca privada e dos monopólios — objectivos já mencionados pela direita, nomeadamente por Freitas do Amaral —, então os perigos seriam muito maiores.

Mas, como destacou, as forças democráticas, unidas, estarão sempre em condições de derrotar os planos golpistas da reacção.



Os participantes da assembleia de Olhão durante uma das votações

Plenário da OR de Setúbal Reforçar o Partido Preparar as autárquicas

Decorreu recentemente na sala dos Ferrovários, no Barreiro, um plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal do PCP subordinado ao lema "Reforçar o Partido, preparar as eleições, defender a Democracia". Participaram 270 quadros, tendo-se registado cerca de 50 intervenções.

O plenário sublinhou o valoroso e vasto trabalho realizado pelas autárquicas do distrito de Setúbal, avaliou positivamente a firmeza com que os camaradas eleitos têm defendido o Poder Local democrático das investidas do Poder Central e, reforçou as orientações anteriormente traçadas para um maior dinamismo do trabalho preparatório para as eleições autárquicas.

Foram destacados inúmeros aspectos do trabalho que é necessário realizar até ao final do ano, sobressaindo a vontade combativa de construção de uma nova vitória da APU no distrito de Setúbal, ou seja a confirmação eleitoral do trabalho, da honestidade e da competência. Embora, como se sabe, a APU seja a força maioritária na quase totalidade dos órgãos autárquicos do distrito (à excepção de apenas quatro freguesias), as intervenções das organizações concelhias apontaram claramente um objectivo geral de reforço das posições já conquistadas.

Em simultâneo com os problemas autárquicos, o plenário de quadros da O.R. de Setúbal abordou também questões relativas ao reforço orgânico do Partido.

Mais de 750 novos militantes no distrito

Foi analisada a situação da organização do Partido nos diversos concelhos e, nomeada-

mente, o cumprimento dos objectivos e metas traçadas para o fortalecimento da ORS.

Em relação à campanha de recrutamento em curso, que terminará no final deste mês, foi assegurado que a meta da ORS (750 novos militantes) será ultrapassada, registando-se já cerca de 90% de adesões.

Foram também examinadas algumas dificuldades, deficiências e aspectos e tendências negativas existentes no trabalho da ORS, sobre as quais as várias organizações se têm debruçado atentamente, no sentido da sua correcção e do reforço do Partido.

Resultado do plenário, na generalidade das organizações concelhias, um bom dinamismo e uma atitude positiva face às deficiências existentes — a rotina e o conformismo foram rejeitados!

Foram naturalmente sublinhadas as características fundamentais desta organização regional do nosso Partido — uma grande força organizada, unida, combativa, influente e prestigiada, profundamente ligada à classe operária e às massas populares.

No quadro da análise da situação política foram abordadas algumas lutas no distrito de Setúbal, nomeadamente a tentativa do Governo "AD" de destruir a Setenave como empresa nacionalizada e, também, a luta do povo de Sines contra a poluição.

Numa moção, aprovada por unanimidade e aclamação, foi saudado o Dia Mundial do Ambiente (que decorria) e exigidas "medidas urgentes e decisivas contra a degradação do ambiente, pela protecção da Natureza e para a melhoria da qualidade de vida das populações".

Uma outra moção, igualmente aprovada por unanimidade e aclamação, denuncia "o vergonhoso acordo «AD»/PS — Mário Soares" com vista à revisão da Constituição. A moção exorta os "militantes eleitores e deputados socialistas para não deixarem, pela mão do PS, que a «AD» consiga a subversão do regime". Exige-se ainda "o afastamento do Governo «AD», a dissolução imediata da Assembleia da República e a realização de eleições nos prazos constitucionais, preparadas por um governo politicamente isento".

A encerrar esta importante reunião dos quadros da ORS interveio o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado, que abordou a forma e o conteúdo do trabalho desenvolvido no plenário, bem como fez uma análise da situação política actual, na base das conclusões da última reunião do Comité Central.

Alestando para os perigos e dificuldades da situação actual e explicando os motivos da elevada confiança existente na luta dos trabalhadores portugueses, com a classe operária à cabeça, a intervenção do camarada Joaquim Gomes foi calorosamente saudada por todos os presentes.

O plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal, ajudando na preparação de



mais uma batalha eleitoral da APU, clarificando linhas de orientação para o necessário reforço orgânico, foi uma clara demonstração da elevada consci-

ência de classe e da forte disposição de luta da população laboriosa do distrito de Setúbal, com os comunistas na vanguarda.

Juventude

Actividade da JCP analisada pela Comissão Central

• Encontro Nacional de Quadros em Outubro

Reuniu no passado sábado, em Lisboa, a Comissão Central da JCP, tendo sido aprovado um documento no qual se ressalta a necessidade de pôr fim à política antijvenil da "AD"; lutar contra o acordo "AD"/PS-Mário Soares e defender a Constituição; prosseguir a luta ao lado dos trabalhadores e do povo português e aumentar o dinamismo e melhorar a actividade da JCP.

O documento começa por abordar a necessidade de pôr fim à política antijvenil da "AD" e à degradação das condições de vida da Juventude, a qual se expressa "... através dos aumentos constantes dos produtos de primeira necessidade, no aumento dos preços das rendas, nas restrições ao crédito para habitação e no aumento dos juros, no aumento do desemprego, no abuso dos contratos a prazo, nos despedimentos sem justa causa, na falta do 1.º emprego, nos cortes do orçamento para o ensino, na ausência de apoio dos órgãos estatais às actividades de tempos livres e numa política que permite a crescente degradação do meio ambiente e da Natureza".

Também em relação à política externa do Governo "AD", salienta o documento final que "... a submissão ao imperialismo norte-americano que o Governo "AD" prossegue, numa conjuntura em que se agravam os focos de tensão e de guerra, as

agressões imperialistas, em que se acelera a escalada armamentista, expressa com particular gravidade na decisão de instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa, indigna a juventude portuguesa e confirma que a luta pela Paz no nosso País passa também pela demissão do Governo "AD", por uma política externa de independência nacional".

Noutro capítulo do documento, intitulado contra o Acordo "AD"/PS-Mário Soares, Defender a Constituição, a Comissão Central da JCP denuncia que "o acordo traído do PS/Mário Soares com a "AD", que tem merecido a justa condenação do Povo português, a ser concretizado, através da aprovação da revisão inconstitucional da Constituição, poria em causa o regime democrático e o Portugal nascido da Revolução de Abril".

A JCP faz um balanço com saldo positivo da sua participação nas lutas e iniciativas ocorridas nos últi-

mos meses, nomeadamente a Marcha Contra o Desemprego, nas empresas e na Zona da Reforma Agrária, nas escolas do Ensino Secundário, durante a jornada de luta da Academia de Lisboa, e também durante a Greve Geral de 11 de Maio, que à semelhança da de 12 de Fevereiro contou com grande mobilização da juventude.

Finalmente, o documento dá conta das actividades intensas das organizações da JCP para os próximos meses, não só na Festa do "Avante!" e na construção da Cidade da Juventude, como ainda no preenchimento das actividades de Verão da JCP que constituirão mais uma vez um momento de encontro e de convívio entre milhares de jovens, ocupando lugar de destaque os Acampamentos da Juventude a realizar no Furadouro, Caparica e Monte Gordo sob o lema "Pela Paz e Amizade" que contarão com a presença fraternal e amiga de jovens de vários países.

Decidiu ainda a CC da JCP "... a realização em 30 e 31 de Outubro de um Encontro Nacional de Quadros, que deverá constituir um grande trabalho colectivo sobre as principais questões



da organização da JCP, e as formas concretas de dar um novo impulso à actividade da JCP e dinamizar a luta da juventude portuguesa pelos seus direitos, por uma nova política".

Administração Reagan, os sionistas de Israel praticado um novo acto de puro banditismo contra os povos árabes.

"Quantas mais mortes e destruições resultarão desta bárbara invasão?", pergunta a Juventude Comunista. "Juntamos nos aqueles que em todo o Mundo exigem o seu cessar imediato e a retirada de todas as tropas israelitas do território do Líbano".

Beira Litoral Jovens comunistas apelam à unidade

• Acampamento no Furadouro de 1 a 15 de Agosto

A Direcção da Organização Regional da Beira Litoral (DORBL) da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), reunida em Coimbra, analisou os aspectos essenciais da actual situação política e a participação da juventude na luta dos trabalhadores e debruçou-se sobre a actividade dos jovens comunistas nos próximos meses.

A JCP convida todos os jovens interessados a inscreverem-se no Acampamento da Juventude que se realizará de 1 a 15 de Agosto no Furadouro-Ovar.

Depois de saudar todos os jovens da região que, embora sob a ameaça da repressão patronal, repressões familiares, etc., têm participado vivamente nas acções de protesto contra o Governo, por um futuro melhor como são exemplos na Marcha Contra o Desemprego, as Greves Gerais as manifestações, as

lutas sectoriais, a "Semana de Luta das Escolas Secundárias", o "25 de Abril" e o "1.º de Maio", a DORBL da JCP considera que o Governo "AD" Balsemao corroido por dentro e a cair de podre, agarra-se como a uma bóia de salvação ao acordo-traído com o PS-Mário Soares e faz tudo por tudo para se manter em funções até à revisão constitucional.

A DORBL da JCP alerta todos os jovens da região, especialmente os jovens socialistas, para os perigos que recairiam sobre a democracia portuguesa caso a "AD" concretize a revisão que cozinhou com Mário Soares.

As forças repressivas a mando do Governo "AD" reprimiram e assassinaram jovens trabalhadores na zona da Reforma Agrária, na Greve Geral de 12/2/82 em Lisboa, na Covilhã por altura da Greve dos Têxteis,

na Fábrica de Loicas de Sacavém e dum forma dramática no 1.º de Maio no Porto com o assassinato de dois jovens trabalhadores, salientam os jovens comunistas da Beira Litoral, que acrescentam: "caso a «AD» viesse a obter os poderes que o PS-Mário Soares lhe quer entregar de Soares, a repressão seria ainda mais brutal e os perigos de uma nova ditadura ameaçariam a democracia portuguesa".

Finalmente, a DORBL da Juventude Comunista apela a todos os jovens democratas da região para que se unam e participem em todas as acções de massas que se venham a realizar para exigir dos órgãos de soberania a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, convocação de eleições gerais antecipadas e a nomeação dum governo de gestão que assegure a isenção e liberdade no acto eleitoral.

Advertisement for 'Avante!' magazine, featuring the text 'Conheça a luta do povo português contra o fascismo através das edições Avante!', 'As Greves de 8 e 9 de Maio de 1944', and 'Dozenas de milhares de Operários e Camponeses LUTAM PELO PAO'. It includes a small image of the magazine cover.

Poder local

Encontro da APU no Porto faz balanço e define metas

Contando com a presença de mais de mil activistas representando os 17 concelhos do distrito do Porto, realizou-se no passado sábado, no Teatro Sá da Bandeira, o Encontro das comissões concelhias, de Freguesia e locais da Aliança Povo Unido (APU). Para além das 40 intervenções realizadas ao longo dos trabalhos, usaram da palavra Raul Castro, do MDP/CDE (abertura), e os camaradas António Murteira (em nome do Secretariado da 6.ª Conferência da Reforma Agrária) e Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, que encerraria os trabalhos com uma intervenção sobre a situação política nacional.

"A Aliança Povo Unido lê-se nas conclusões do Encontro — força onde cada vez mais se unem todos os democratas que, independentemente das suas posições políticas e ideológicas, querem lutar de uma forma consequente pelo progresso das suas terras, confirmou ser, pelo balanço realizado, a força determinante na defesa dos interesses populares, a força com mais larga iniciativa, maior dinamismo e capacidade de intervenção e também a força mais conhecedora dos problemas e anseios do distrito", sendo "com confiança e optimismo que neste contexto as Co-

missões da Aliança Povo Unido encaram as próximas eleições autárquicas".

Recordando que a APU concorrerá a todas as Freguesias e Concelhos do distrito do Porto, apresentando-se nelas como a verdadeira alternativa para um Poder Local democrático, activo, firme e combativo na defesa dos interesses populares, o Encontro da APU do Porto considera, em relação às próximas eleições autárquicas:

"A 'AD', está claro para um número cada vez maior de pessoas que nela votaram no passado, não serve — quer pela sua política a nível

do Governo, quer pelo descalabro da actuação dos seus eleitos na maioria das Autarquias que dirigem; os eleitos do PS, enleados na sua maioria num constante colaboracionismo com a direita (ao mesmo tempo que recusam entendimentos com a APU), têm tido uma actuação frouxa e apagada, marcada pela ambiguidade, pela incompetência, quantas vezes pela cumplicidade com os desmandos da política da 'AD', neste contexto a APU surge como a força capaz de reunir as vontades e as energias de todos os que querem ver resolvidos os problemas e estão dispostos a, com todos os sacrifícios e sem hesitações, lutar pelo bem estar das populações".

O documento chamaria ainda a atenção para os "graves perigos que ameaçam o regime democrático decorrentes dos graves acordos estabelecidos entre a 'AD' e a direcção do PS/Mário Soares em relação à revisão da Constituição" e também para o perigo que constitui para o Poder Local democrático do distrito do



A mesa que presidiu aos trabalhos do encontro distrital do Porto

Porto o conjunto de manobras e pressões da "AD" e de destacados dirigentes e eleitos do PS no sentido de imporem "uma pretensa Associação de Municípios da

Área Metropolitana do Porto, autêntica superestrutura que retiraria as principais áreas de actuação poderes de decisão e de controlo e autonomia aos municípios".

Apontar-se-iam finalmente um conjunto de medidas tendentes a melhorar e reforçar o trabalho da APU, tarefa central que se coloca no momento presente.

IV Encontro da APU na Madeira aberto a coligação com PS

Realizou-se no passado domingo no Funchal o IV Encontro Regional da APU da Região Autónoma da Madeira, que analisou o funcionamento e gestão dos órgãos autárquicos da Região, procedeu ao balanço do trabalho dos eleitos da APU nas autarquias e traçou as grandes linhas para o prosseguimento e reforço do trabalho da APU com vista às eleições autárquicas. Esteve presente o camarada Luís Sá, director da Revista Poder Local e membro da Comissão Coordenadora Nacional da APU.

As conclusões do Encontro começam por recordar que as Autarquias da Madeira, geridas na generalidade pelo PPD, «não têm estado à altura das necessidades das populações de cada Freguesia e Município», tendo a APU toda a legitimidade para o afirmar pois «sempre apoiou as medidas justas tomadas por órgãos autárquicos, sem atender à sua composição partidária».

E prossegue: «analisando de forma fundamentada a gestão das autarquias do PPD, o Encontro concluiu que teria sido possível fazer muito mais e muito melhor, de-

signadamente no domínio da habitação, da saúde, do abastecimento de água, dos esgotos, da recolha e tratamento de lixo, dos transportes, da poluição, das creches, jardins de infância, dos centros de apoio à terceira idade, da actividade cultural e desportiva».

Assim, «consciente do grande atraso e das profundas carências que continuam a afectar a Região Autónoma da Madeira e os seus Municípios e Freguesias, a APU reclama a rectificação das ilegalidades e irregularidades das autarquias do PPD, dando segui-

mento aos pedidos de inquérito apresentados pela APU».

Balanço positivo

Também na Região Autónoma da Madeira, apesar das dificuldades e do sistemático boicote do PPD, é largamente positivo o balanço da participação dos eleitos da APU. Regista-se ainda a adesão à APU de activistas e simpatizantes de outras forças políticas, com destaque para o PS e a UDP, fruto da passividade e inoperância desses partidos e constituindo a prova de que «a APU tem condições para se tornar, a prazo, a única e verdadeira alternativa democrática à gestão do PPD e da AD».

O Encontro decidiu apresentar listas APU em todas as Assembleias e Câmaras Municipais e no maior número de Assembleias de Freguesia, tentando ultrapassar o número de listas apresentadas em 1979.

Por outro lado, «tendo em conta as legítimas aspirações unitárias dos democratas madeirenses e de acordo com o espírito aberto e unitário que caracteriza a APU, o Encontro mandata a Comissão Coordenadora Regional para debater com o PS as possibilidades de uma coligação aberta da APU com o PS, a qual, nos termos das leis em vigor, terá que ser formalizada pelas direcções nacionais do PS e dos Partidos que integram a APU», mandatando também a referida comissão para eventuais contactos localizados com outras forças políticas.

E conclui: «O Encontro responsabiliza antecipadamente a direcção nacional do PS pela possível rejeição destas propostas de cooperação, devido aos acordos e conluís com a "AD" designadamente em matéria de revisão constitucional».

Plenário de quadros em Almada

Com a participação de 123 camaradas representando 36 organismos, realizou-se no passado dia 10 de Junho em Almada um plenário de quadros do PCP das Comissões Locais, de Freguesia, células de empresa e outras comissões específicas, além dos eleitos nas autarquias, para analisar o trabalho realizado pela APU no Concelho de Almada.

Todas as intervenções apontaram para a necessidade do reforço geral da APU nas Autarquias, salientando-se igualmente a necessidade de estimular a participação da juventude e das mulheres na próxima batalha eleitoral. As conclusões ilustram com abundância o conjunto de preocupações que se colo-

cam no momento presente, definindo objectivos e metas a atingir no trabalho futuro.

Estiveram presentes os camaradas Manuel Sobral, membro do CC do PCP, e João Pedro, membro da DORS.

O camarada Manuel Sobral ressaltaria na sua intervenção alguns aspectos essenciais da actividade da APU no Concelho (sublinhando o amplo trabalho de gestão democrática realizado nestes oito anos), chamaria a atenção para o esbulho de dois milhões e cem mil contos feitos ao Distrito e consideraria que uma possível aliança APU/PS no Concelho retiraria apoios a "AD", enquanto uma aliança "AD"/PS resultaria num descalabro para este último partido.

"Volta APU" na Caparica

Iniciar-se-á no próximo domingo, dia 19, na Costa da Caparica, a volta APU no Concelho de Almada subordinada ao lema "APU presta contas", onde participarão vários eleitos autárquicos, que contactarão com as populações das Freguesias, aprofundando o conhecimento das carências, necessidades e realidades que se vivem no Concelho. Nesta "primeira volta" participarão o presidente da Câmara de Almada, José Vieira, o presidente da Freguesia da Costa da Caparica (a única Freguesia do Concelho onde a APU não detém a maioria, que está na "AD") e elementos da vereação e da Assembleia Municipal de Almada.

Na Costa da Caparica, onde a "AD" continua a deter a maioria, a APU passou de 3.ª para a segunda força mais importante da Freguesia nas últimas eleições autárquicas, baixando o PS para terceira força.

Encontro APU no Pico

Conforme foi decidido em recente reunião da coordenadora da APU da ilha do Pico, realizar-se-á no próximo dia 20, no Cine-picoense, Cais do Pico, um Encontro da APU.

Participarão representantes de todos os concelhos da ilha, estando o Encontro integrado na preparação das próximas eleições gerais autárquicas; far-se-á um balanço do trabalho desenvolvido nas autarquias e serão discutidas as orientações fundamentais que nortearam as listas APU da ilha do Pico.

Sábado em Lisboa Encontro distrital da APU

Sob o lema "Para Resolver os Problemas do Povo — APU a Alternativa", vai realizar-se no próximo sábado, pelas 15 horas, no clube ferroviário em Santa Apolónia, o Encontro Distrital de Lisboa da APU. Estarão presentes centenas de eleitos e activistas da APU vindos dos 15 concelhos do distrito, que farão um balanço do trabalho realizado durante este mandato nas autarquias do distrito e uma análise do comportamento das outras forças políticas, debatendo também a política do Governo e da "AD" e a sua ofensiva contra o Poder Local democrático.

O Encontro surge na sequência de intenso trabalho preparatório em todos os concelhos, tendo em conta o próximo acto eleitoral autárquico a nível nacional, tendo-se realizado até ao momento mais de 30 plenários, reuniões, etc., com mais de 2 600 presenças; de juntar a este número mais de 50 reuniões normais com muitas centenas de elementos realizadas pelos organismos já constituídos — comissões eleitorais, coordenadoras, Comissões APU, etc.

No balanço já efectuado — e que será abundantemente desenvolvido no Encontro — constata-se que a APU, nas Autarquias em que está em maioria, realizou mais neste mandato do que as outras forças políticas nas autarquias em que são maioritárias.

Anote-se que também já vai avançado o trabalho preparatório de discussão das listas de candidatos APU para as próximas eleições, sendo de realçar a presença de um grande número de independentes no grupo de possíveis candidatos.

Estarão na mesa dos trabalhos membros da Comissão Política do PCP e do Secretariado Nacional do MDP/CDE, assim como conhecidos independentes e os cinco presidentes de Câmaras APU no distrito de Lisboa. Pelas 17.45 haverá um encontro com a Imprensa.

Terra

Ainda a 6.ª Conferência da Reforma Agrária A força da solidariedade

• Convidados estrangeiros falam ao «Avante!»

A solidariedade, valioso instrumento na luta pela liberdade e pela justiça social, esteve activamente presente ao longo dos dois dias em que se realizou a 6.ª Conferência. Ela tanto assumiu a forma de uma moção, saudação ou telegrama, como de uma oferta moldada por mãos amigas, como esteve fisicamente presente através dos convidados nacionais e estrangeiros que assistiram aos trabalhos, ou dos milhares de pessoas que se deslocaram a Évora para participar no comício final.

De alguns desses representantes do movimento sindical, cooperativo e de solidariedade provenientes de Cabo Verde, Checoslováquia, Espanha, França, Guiné-Bissau, Holanda, Hungria, Polónia, RDA e União Soviética, recolhemos algumas impressões.

Para o camarada Ernest Winter, da RDA, pela segunda vez presente na Conferência, esta

constitui «um reflexo da vontade de lutar dos delegados das UCP's pela defesa das conquistas do 25 de Abril e em particular da Reforma Agrária». «Sente-se que os delegados — acentuou — estão a lutar pela sua terra e pelo pão e por isso estão dispostos a fazer todos os sacrifícios». O empenho posto na luta e a enorme confiança no futuro foram igualmente aspectos referidos pelo camarada Ernest que nos declarou ainda o seu alto apreço pelo espírito internacionalista que se viveu nos trabalhos.

A luta está de pé

«A vossa Reforma Agrária é original. Não se deu desta maneira em nenhum outro país do mundo e isto dá-nos ânimo porque comprova que é possível avançar com a Reforma Agrária num país da Europa capitalista» — começou por nos afirmar António Palacios, secretário das

Comissões Obreras para o trabalho camponês em Espanha. Aludindo à resistência dos trabalhadores e ao desgaste de seis anos de ofensiva, o dirigente sindical salientou a sua convicção de que esta Conferência é um sinal de que a «luta dos trabalhadores agrícolas está de pé e só terminará quando a Reforma Agrária for totalmente realizada».

«Viemos saber como se fez aqui a Reforma Agrária, como se conseguiu», confessou-nos ainda António Palacios para acrescentar que no seu país ainda nada foi feito nesse sentido e por isso «todas as experiências que recolhemos são importantes para o nosso trabalho em Espanha».

Sentimo-la como nossa

«Hoje sentimos a Reforma Agrária como se fosse nossa» dizem-nos Gilberto Kruijsen e Henriette Nauta, membros de

um grupo de apoio à Reforma Agrária constituído na cidade de Nymegen, na Holanda. Eles fazem parte dos jovens holandeses que despertaram para a solidariedade com a Reforma Agrária logo após as primeiras visitas que efectuaram ao nosso país em 1975. «Apercebemo-nos que entregar a terra a quem a trabalha é um elemento activo de justiça» — afirmaram-nos. Com mais esta visita pensam «encontrar novas ideias e projectos para a solidariedade futura» já que não é possível este ano efectuarem as habituais jornadas de trabalho voluntário dada a situação de desemprego existente nos campos do Sul.

«Queremos também levar o máximo de informações para publicarmos na nossa revista — acentuaram-nos a terminar — pois é praticamente inexistente qualquer informação objectiva sobre o que se passa em Portugal».

festa do Avante!

Fado de Abril presente!

Já tem tradições na Festa do "Fado de Abril". Este ano lá o teremos de novo com Manuela Maia, Manuela Tonizetti, Artur Loureiro, António Coimbra, Olimpio Lopes, Fátima Fernandes, Zé Castanheira, César Pinto, Luisa Vieira, Fernando do Carmo, Augusto Pinho, Sebastião de Jesus, Quim Valente, Rui Olival, Raul Oliveira, Gulda Olival, João Alter, Natércia de Aguiar e os guitarristas Quim Oliveira e Fernando Madeira.

É uma iniciativa do colectivo "Fado de Abril", organizado em 1977 por um pequeno grupo de camaradas que decidiram utilizar os tempos livres deixados pelos respectivos horários de trabalho à tarefa de uma certa recuperação do Fado — tão mal tratado e às vezes injustamente atrelado aos "valores" impostos pela propaganda fascista. Nascia assim (também) uma forma de luta em defesa dos valores do 25 de Abril.

Tem sido incessante a actividade do "Fado de Abril", estendendo-se das festas do Partido às realizações das comissões de moradores, trabalhadores, cooperativas, colectividades, etc. Tendo em vista a qualidade



e as responsabilidades inerentes ao alargamento do seu campo de intervenção, o grupo tem-se esforçado no melhoramento dos aspectos técnicos das suas actuações, iniciando uma campanha de fundos para a compra de uma aparelhagem sonora, de que faz parte uma rifa com um prémio aliciante: um televisor a cores.

Estará nos palcos da DORL em pelo menos dois espectáculos: animará entretanto, durante os três dias da Festa, o respectivo stand.



Grupo Fado de Abril



Manuel Maia



Fátima Fernandes

3.º Sorteio de EPs

Realizou-se no passado dia 12, durante a Festa do Futuro, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa, o 3.º e último sorteio das EPs, tendo os dez prémios ficado distribuídos do seguinte modo:

- 1.º — Viagem à U. Soviética, p/2 Pessoas 47617
- 2.º — Um Fogão a Gás com 2 Bicos 108675
- 3.º — Um Grelhador de Frangos 17648
- 4.º — Uma Bicicleta para Adulto 128585
- 5.º — Um Grelhador Eléctrico 120105
- 6.º — Uma Picadora Eléctrica 58346
- 7.º — Uma Cafeteira Eléctrica 33921
- 8.º — Uma Mesa e 2 Bancos para Camp. 184061
- 9.º — Uma Faca Eléctrica 111258
- 10.º — Uma Torradeira 244936

Atenção socorristas, a Festa espera-vos!

Atenção camaradas que possuam o curso de socorrismo ou tenham sido alunos do 10.º, 11.º ou 12.º anos — Área A e queiram colaborar nos Serviços de Saúde que serão montados no recinto da Festa do «Avante!»: contactem urgentemente o Sector de Saúde do PCP, no Centro de Trabalho do Hotel Vitória, em Lisboa, ou os Serviços de Saúde da própria Festa.

A vossa presença é indispensável. A Organização conta convosco, aguardando que contactem o mais breve possível. E há muita assistência a prestar neste sector, como bem se compreende se nos lembrarmos dos volumes cada vez mais gigantescos de visitantes e do calor que vai desabar sobre o recinto durante os dias da Festa.

Contactem!

À venda

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Alto da Ajuda, 2, 3 e 4 de Julho 1982

Festa do Avante

«A grande defesa da democracia em Portugal»

«A maior crítica ao sistema da Comissão do Recrutamento»

«Decretar das reuniões do CC em 18 e de 21 5-1 6»

«Comissão Nacional de Recrutamento»

Corrida Popular do "Avante!"

— V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria

Integrada no programa desportivo da Festa do "Avante!" será organizada a Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria.

A Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria tem como objectivo estimular a prática desportiva regular, consagra os valores positivos da emulação e da superação através do desporto e caracteriza-se por ser um alegre convívio fraternal entre todos os participantes.

A Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria obedecerá ao presente regulamento:

Organização Geral

A Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida da Saúde e da Alegria consta da realização simultânea de várias provas a nível local, a realizar na mesma data (20 de Junho) cujos resultados parciais contarão para uma classificação geral a divulgar pelos órgãos de comunicação social, nomeadamente no Jornal "Avante!" de 24 de Junho.

Dos participantes

Na Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria podem participar todos quantos o queiram fazer: homens, mulheres e jovens pertencentes ou não a núcleos de corrida, colectividades, clubes, comissões de moradores e de trabalhadores, sindicatos, etc., a partir dos 15 anos.

Praticantes de idades inferiores poderão ser admitidos desde que técnicos e colectividades o considerem adequado.

Distâncias

Será prevista uma única distância a escolher pelas organizações das provas locais, entre 6000 e 8000 metros, para todos os concorrentes masculinos e femininos.

Esta distância poderá ser percorrida correndo ou andando num tempo máximo de 1 hora e 15 minutos após o que implica a desclassificação do concorrente.

Local e Data

1 — As várias provas da Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria serão realizadas no dia 20 de Junho, de preferência no período de manhã, em locais a divulgar pelas Organizações Regionais.

2 — Outras provas locais (preparatórias e facultativas) da Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria poderão ser realizadas nas várias localidades integradas ou não em festas de promoção da Festa do "Avante!" e nas festas regionais durante o mês de Maio e Junho.

As inscrições

1 — As inscrições dos participantes, a título individual ou em representação colectiva, poderão ser feitas nos Centros de Trabalho do PCP que organi-

4.3 — Serão elaboradas classificações por colectividades e por localidades a nível nacional entrando em conta com os pontos obtidos nas provas das várias localidades.

4.4 — Só serão consideradas para a classificação nacional da Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria os resultados que forem comunicados até às 20 horas do dia 20 de Junho pelos telefones 77 91 43/4/5/6 de Lisboa de acordo com os dados

que devem estar contidos na ficha Modelo 2.

Prémios

1 — Serão atribuídos prémios pela Organização Nacional da Corrida:

- As três localidades mais pontuadas a nível nacional
 - As três colectividades mais pontuadas a nível nacional.
- 2 — A atribuição de prémios nas corridas locais são de responsabilidade das respectivas Comissões Organizadoras.

É já no domingo!

Das classificações

- 1 — Haverá classificações individuais e colectivas na Corrida Popular do "Avante!" — V Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria.
- 2 — As classificações individuais corresponderão à ordem de chegada à meta dos concorrentes nas corridas locais e regionais.
- 2.1 — Para efeitos de classificação individual serão considerados os seguintes escalões etários:

Masculinos

- Pré-Infantis — até 9 anos ⁽¹⁾
 - Infantis — 10, 11, 12 e 13 anos ⁽¹⁾
 - Iniciados — 14 e 15 anos ⁽¹⁾
 - Juvenis — 16 e 17 anos
 - Juniões — 18 e 19 anos
 - Seniores — 20 a 34 anos
 - Veteranos I — 35 a 39 anos
 - Veteranos II — 40 em diante ⁽¹⁾
- ⁽¹⁾ Consultar o Art.º 2.º

Femininos

- Pré-Infantis — até 9 anos ⁽¹⁾
- Infantis — 10, 11 e 12 anos ⁽¹⁾
- Iniciados — 13 e 14 anos ⁽¹⁾
- Juvenis — 15 e 16 anos
- Juniões — 17 e 18 anos
- Seniores — 19 a 34 anos
- Veteranos — 35 em diante

3 — Para efeito da classificação colectiva serão atribuídos:

- 1 ponto — a todos os concorrentes masculinos até aos 40 anos de idade e
- 2 pontos — a todos os concorrentes masculinos com mais de 40 anos de idade e aos concorrentes femininos desde que completem a corrida nas condições do Art.º 3.º.

4 — As classificações colectivas são de dois tipos: por colectividades e por localidades.

4.1 — As classificações por colectividades obtêm-se somando os pontos dos representantes de cada colectividade.

4.2 — As classificações por localidade obtêm-se somando os pontos obtidos por todos os concorrentes pontuados na(s) corrida(s) organizada(s) nessa localidade.



V Corrida popular do "Avante!" /82

A Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria realiza-se este ano pela 5.ª vez, com um nome diferente (Corrida Popular do "Avante!") mas com o mesmo espírito de alegria e convívio que a caracteriza. No mesmo dia, 20 deste mês, em várias localidades do País, com percursos que vão de 6 a 8 quilómetros, poderás participar na tua Corrida. Para premiar a tua participação haverá classificações individuais e colectivas.

Atenção às localidades!

A V Corrida do "Avante!" decorrerá em Lisboa, Porto, Marinha Grande, Setúbal, Sesimbra, Sines, Montijo, Seixal, Évora e Beja.

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Nome _____
Idade _____
Colectividade _____

Pretendo participar na seguinte localidade _____
Com o envio deste boletim de inscrição devidamente preenchido e enviado para "Comissão Desportiva da Festa do "Avante!", Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa, Codex", estás automaticamente inscrito na tua Corrida.

Depois de amanhã (sábado)

II Grande Prémio Avante/82

Ciclistas rumo à Ajuda

No próximo sábado, vai «rolar» o II Grande Prémio Avante/82.

Trata-se de uma prova de ciclismo integrada nas realizações desportivas da Festa, aberta às categorias juniores e seniores B.

A iniciativa pertence à Comissão de Desporto da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP e decorrerá a partir das 9 e 30, arrancando das Portas de Benfica. Do percurso fazem parte, entre outros, os seguintes pontos:

- Venda-Nova — Amadora — Ponte de Careque — Pendão — Belas — Idanha — Venda Seca — Recoveiro — Telhal — P. Pinheiro — Montelavar — Cheleiros — Igreja Nova — Arrifana — Alcaíça — Malveira — V. Pinheiro — Freixial

— Bucelas — Cabeça da Rosa — Alverca do Ribatejo — Póvoa de Sta. Iria — Vialonga — Serra de Sta. Iria — Sta. Iria de Azóia — Sacavém — Encarnação — 2.ª Circular — Pina Manique — Alto da Ajuda.

Haverá prémios de participação a cada ciclista, de chegada até ao 10.º classificado individual e prémios às equipas até à 5.ª classificada. O percurso inclui 5 metas volantes nas localidades de Amadora, Montelavar, Bucelas e Via Longa.

As inscrições estão abertas no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, 170, 1200 Lisboa, e também podem ser feitas directamente para a Associação de Ciclismo do Sul.



Futebol de salão

Mais de 300 equipas participantes

• Apuramento de grupo termina no próximo domingo

Iniciativa com fortes tradições nos programas desportivos da Festa do "Avante!", o futebol de salão volta este ano a marcar presença destacada, mobilizando mais de três mil participantes e levando a vários pontos do País a mensagem do desporto-convívio, a mensagem da amizade e da realização da Festa do "Avante!".

Num balanço ainda incompleto, regista-se a inscrição de mais de 300

equipas, número superior ao do torneio do ano passado.

A competição chegou à maioria das regiões do País, sendo de destacar, por exemplo, a região de Lisboa (mais de 70 equipas, não contando com alguns concelhos) e Setúbal. De salientar igualmente o significado do torneio do distrito de Viseu, disputado em seis concelhos.

Recorda-se, entretanto, que termina no próxi-

mo domingo, dia 20, o prazo para o apuramento das equipas representativas dos seis grupos. Os resultados devem ser enviados o mais rapidamente possível à Comissão de Desporto da Festa do "Avante!".

Os grupos estão assim constituídos: grupo 1 — Minho, Trás-os-Montes, Porto; grupo 2 — Beira Litoral, Beira Interior; grupo 3 — Leiria, Santarém; grupo 4 — Lisboa (apura duas equipas); grupo 5

— Setúbal (apura duas equipas); grupo 6 — Alentejo, Algarve.

Do grupo 2 sabe-se já qual é a equipa apurada: a FIAC, Frente Internacional dos Apanhados da Conchava, vencedora do torneio da Festa do ano passado.

Nas edições do "Avante!" de 24 deste mês e de 1 de Julho publicaremos o calendário dos jogos a realizar entre as equipas de cada região.

Os Jogos Tradicionais

Os Jogos Tradicionais decorrerão este ano na zona central da Festa, junto da representação dos artesãos. Os recintos dos Jogos estão à sombra, por baixo de árvores. Do seu programa, destacamos:

Sábado — fase final do torneio de chinquilho — malha grande e malha pequena.

Domingo — fase final dos torneios de malha de Santarém e Évora.



"Engenho e arte" ao serviço da Festa



Na foto temos um grupo de camaradas de Torres Vedras a trabalhar no fabrico de sapos de pano para serem vendidos na Festa do "Avante!". Um exemplo entre os muitos que acontecem um pouco por todo o país, com milhares de camaradas pondo o "engenho e a arte" ao serviço da Festa de todos nós, encontrando soluções e concretizando obras verdadeiramente notáveis.

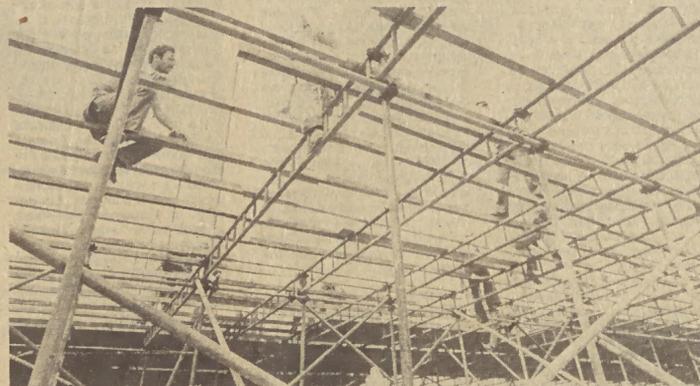
Todos os anos é assim — no Minho ou no Algarve, no Ribatejo ou nas Regiões Autónomas,

em todo o País enfim cresce o empenhamento de milhares e milhares de camaradas e amigos na construção de uma Festa sempre maior, mais dinâmica e enriquecedora.

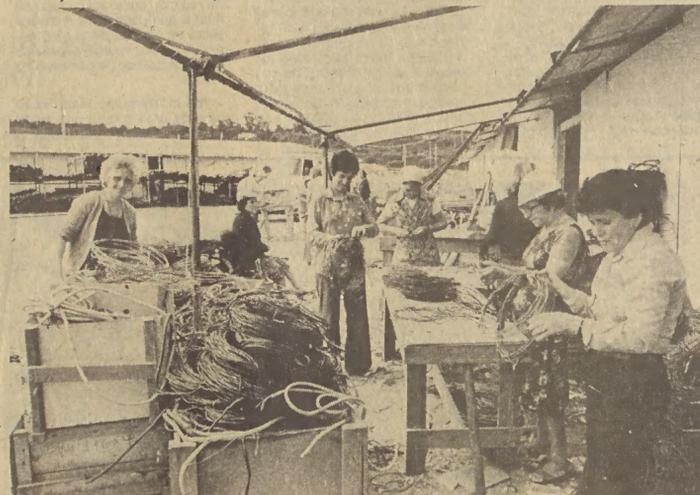
E a arte surge com carácter eminentemente popular, lançando para a Festa inúmeras criações originais, que em geral se esgotam passado pouco tempo; "para o ano temos de dar mais gás a isto", concluem em geral as organizações ao verificarem novos recordes nas

suas vendas. Tais sucessos passam pelo engenho de milhares de camaradas como estes de Torres Vedras, como já dissemos um exemplo entre os muitos que acontecem em todo o país; é um trabalho anónimo a que é devida homenagem pelo que significa de dedicação, iniciativa criadora e capacidade de realização, no fim de contas a argamassa de que é feita a nossa Festa.

Camaradas e amigos: os maiores sucessos no vosso trabalho!



Prossegue em bom ritmo o trabalho no Alto da Ajuda, que a pouco e pouco vai adquirindo o aspecto habitual nas vésperas da Festa. Sim, porque realmente já estamos nas vésperas! E a verdade é que ainda há muito para fazer, pelo que passar por lá e dar uma ajuda é uma coisa que todos devemos fazer...



Domingo, às 15 horas Natação na baía do Seixal

No âmbito das actividades desportivas da Festa do "Avante!", realiza-se no próximo domingo, dia 20, na baía do Seixal, uma prova de natação aberta a participantes individuais e colectivos, com início às 15 horas.

As inscrições são grátis e funcionam no Centro de Trabalho do PCP de Paio Pires (Telefone 22 16 55).

A prova é agendada com particular entusiasmo e para além de constituir uma jornada de apoio à luta pelo Desporto, Direito do Povo e de propaganda da natação, modalidade com tradições em Portugal, será certamente mais uma iniciativa de divulgação da maior Festa do Portugal de Abril.

A da Ajuda 2/3/4 JULHO

as EPÊS já estão à venda!

festa do Avante!

Internacional

Paz

Europa e EUA contra a política de Reagan

Um milhão de pessoas saiu às ruas em Nova York

Nas últimas semanas, e mais ainda nos últimos dias, novos focos de guerra surgiram. Focos de guerra que simultaneamente representam uma grave delapidação de vidas e acrescidas ameaças para a Paz Mundial. Nas Malvinas as tropas inglesas, com o apoio e o estímulo dos Estados Unidos, abrem terreno à possibilidade de manter as ilhas sob um estatuto que torne viável a sua utilização militar, nomeadamente através da instalação de uma base militar no Atlântico Sul. No Líbano, o povo palestino está a ser submetido a uma verdadeira acção de genocídio, vítima da política de corte nazi promovida por Israel com o mal disfarçado apoio da Casa Branca, vítima também da complexidade da situação na zona, de ambíguas posições políticas.

Entretanto, enquanto os campos de refugiados palestinos no Líbano são metódicamente arrasados, como os bairros de Beirute. Enquanto a esquadra inglesa se arroga o direito de impor o seu domínio no Atlântico Sul, em Nova York, a segunda sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas é saudada pela maior manifestação popular de sempre realizada nesta cidade norte-americana. Um milhão de pessoas saiu à rua contra as armas nucleares, contra a corrida aos armamentos, pela paz, contra a política que está a ser seguida e imposta por Reagan.

Quem quer Reagan?

A manifestação de Nova York culminou, neste momento, todo um movimento de revolta, na Europa, pela política de Reagan. Grandes acções de massas de protesto acompanharam passo a passo a estadia em diversos países europeus do presidente norte-americano, numa clara demonstração de que cresce a consciência popular,

não só da necessidade de pôr termo à escalada armamentista, mas de quem é o seu verdadeiro responsável. «Reagan go home» (Reagan vá-te embora) foi uma das palavras de ordem mais repetidas pelos mais de 200 mil manifestantes que em Bona protestaram contra a política armamentista da NATO. Enquanto no Bundestag, do outro lado do Reno, Reagan iniciava o seu discurso, na cerimónia solene de abertura da cimeira da NATO, sirenes de alarme aéreo fizeram ouvir-se na capital da RFA. Significativa simbologia. Em Berlim Ocidental as manifestações contra a política belicista da NATO e de Washington foram convocadas por cerca de duas centenas de organizações e tiveram que fazer face à repressão policial.

Em Copenhague, na Bélgica, em Roma, Montreal, Toronto, sucederam-se manifestações contra as armas nucleares. Mais de 200 mil pessoas desfilarão em Londres, pela paz, contra a guerra nas Malvinas, contra a



O repúdio de massas pela política de Reagan é unânime. Por toda a Europa como agora nos Estados Unidos

presença de Reagan na Grã-Bretanha. Em Hyde Park, o chefe do Conselho municipal da grande Londres, Ken Livingstone, decretou simbolicamente a cidade de Londres «zona desnuclearizada».

Nova York: porquê?

A manifestação realizada em Nova York ultrapassou todas as expectativas, a sua inéquitade grandiosidade não pode deixar de reflectir uma crescente recusa por parte do povo americano da política de Reagan. Recusa em que sem dúvida o factor interno — ou seja o preço que os norte-americanos pagam já hoje pela política belicista do governo — terá sem dúvida um peso acentuado. Mas a que se junta igualmente uma consciência anti-belicista, formada apesar da propaganda e da política oficiais e contra essa propaganda e essa política.

Alguns factos convém destacar neste movimento pela paz cuja envergadura veio à luz do dia, por assim dizer, na manifestação de Nova York.

1) O movimento pela paz nos Estados Unidos assenta numa grande diversidade de organizações e sem dúvida também de opções ideológicas e políticas, desenvolvendo uma multi-forme actividade de esclarecimento. Assim, e concretamente na organização desta manifestação, de par do Partido Comunista, dos pacifistas, dos ecologistas, trabalharam conjuntamente diversas associações de carácter profissional, social, político e religioso. Sindicatos do pessoal hospitalar, da indústria automóvel, «Artistas pela sobrevivência», «Bailarinos pelo desarmamento», «Enfermeiras

pela vida sem armas nucleares», «Médicos pela responsabilidade social», «Aliança dos juristas pelo controlo das armas nucleares» e até «Homens de negócios alertam contra a guerra atómica» — um movimento que demonstrou no passado fim-de-semana a sua capacidade mobilizadora. Como também uma vitalidade que se desdobra numa multitude de iniciativas. Antecedendo a grandiosa manifestação de dia 12 realizaram-se encontros, debates, projecção de filmes, serões colectivos, serviços religiosos, espectáculos de teatro, exposições de desenhos e de pinturas, concertos.

2) O aventureirismo marcante da política de Reagan, como a envergadura do protesto a nível mundial contra tal política, tem levado a divisões entre o capital norte-americano, como no seio das estruturas de poder, no que respeita ao prosseguimento da perigosa corrida aos armamentos, como em geral quanto à alternativa (falsa alternativa, aliás, porque só um caminho é possível) entre «guerra-fria» e «desarmamento». Factores a que há que somar um outro com carácter interno — a realização de eleições legislativas em Novembro. O congelamento das armas nucleares e o reconhecimento do equilíbrio militar como um facto foi defendido em particular pelo senador Kennedy, nesta primavera, contando com o apoio de 190 membros do Parlamento.

3) O movimento pela paz une-se estreitamente ao protesto contra a degradação das condições de vida das mais amplas massas. Degradação extremamente agravada pela política de

Reagan e que, para já, se salda em factos como: 9% da população activa, ou seja 10 milhões de pessoas, no desemprego (excluindo os não registados e o subemprego) enquanto dos planos consta que até 1984 serão liquidados 74 mil postos de trabalho só nas instituições governamentais; um corte nas verbas sociais que privou milhões de pessoas da mais elementar assistência; uma reforma tributária que beneficia unicamente os rendimentos superiores a 50 mil dólares. Paralelamente as verbas destinadas a fins militares atingirão os 221 mil milhões de dólares (mais 32 milhões que no ano financeiro em curso, que termina em Outubro).

Estes os factos. Factos que se reflectem mesmo nas sondagens que se vão realizando nos Estados Unidos — por exemplo, 70% da população apoia a conclusão de acordos com a União Soviética para a limitação de armas nucleares; 78% pensa que não haveria vencedor numa guerra nuclear, contra tudo o que é diariamente afirmado nos EUA a nível oficial, 2/3 dos americanos não acreditam que a União Soviética constitua o problema número um para o seu país. São dados falíveis, dados retirados de sondagens. Mas que sofreram agora a prova da vida. Um milhão de pessoas em Nova York contra a política belicista de Reagan.

Não só na Europa, também nos Estados Unidos, em todo o mundo, cresce a exigência dos povos de que pare a corrida aos armamentos, que finalmente se trate de paz — o fim da política promovida pelo complexo militar industrial entronado no poder nos Estados Unidos.

Chade

Um futuro sombrio

A situação político-militar no Chade, um dos países mais pobres de África, agravou-se na segunda-feira da semana passada com a tomada de N'Djamena, a capital, pelas Forças Armadas do Norte (FAN) de Hissene Habré, o homem que os Estados Unidos não se importariam de ver a controlar o país, para Washington particularmente importante pela sua extensa fronteira com a Jamahiriya Líbia.

Assolado por dezasseis anos de guerra civil, o Chade conheceu um breve período de relativo apaziguamento entre Dezembro de 1980 e Outubro de 1981, enquanto as tropas líbias permaneceram no país, permitindo ao governo legítimo de Gukuni Ueddei a neutralização das forças rebeldes de Habré. O inesperado pedido de Gukuni Ueddei ao governo de Trípoli para a urgente retirada das suas tropas do Chade, em 29 de Outubro do ano passado, acabaria por criar as condições para a tomada do Poder por Hissene Habré.

Os motivos que levaram o presidente do Governo de Ueddei



Nacional de Transição (GUNT) a dispensar as forças que lhe permitiram manter a paz no país, até à data apenas remetidos para «pressões de toda a espécie» não podem deixar de ser relacionados com os esforços do presidente francês François Mitterrand em Cancun junto do presidente da OUA em exercício, o queniano Arap Moi, para a colocação no Chade da Força Inter-Africana, medida prevista na reunião de Nairobi em Junho de 1981, e prontamente aceite.

Acontece porém que as perspectivas de Gukuni Ueddei quanto a um «certo apoio logístico» prometido pelo governo francês ao Chade, bem como as verdadeiras intenções e rapidez de resposta da OUA na substituição das tropas líbias no país não se concretizaram.

Na verdade, ainda o repatriamento do contingente líbio não tinham terminado e já as forças de Hissene Habré tomavam as primeiras povoações no Leste do país. Enquanto as tropas da FIA (Força Inter-Africana) se instalavam lentamente em torno de N'Djamena, as FAN avançavam rápida e quase regularmente nas frentes Este, Centro e Norte sem encontrar qualquer resistência eficaz do Exército

Malvinas

As armas calaram-se a guerra continua

As armas calaram-se nas Malvinas pela renúncia das forças argentinas nas ilhas. Um episódio significativo de uma guerra que entretanto vai continuar. Porque tudo está pendente. O futuro das Malvinas. O futuro político da Argentina. As relações no continente latino-americano com os Estados Unidos.

O futuro é ainda uma incógnita. Mas sobre alguns factos convém reflectir neste momento.

1) A questão das Malvinas — como enclave colonial — continua por resolver. Contra as recomendações da ONU para a liquidação do que resta ainda de colonialismo no mundo. O próprio jornal inglês «The Economist» chamava a atenção para o facto da situação das Malvinas continuar indefinida, destacando que «nem os habitantes das Malvinas, nem os britânicos que os protegem estarão em segurança enquanto as ilhas não tiverem encontrado no Atlântico Sul um lugar aceite pela comunidade internacional». Na verdade os interesses da população das Malvinas nunca estiveram em causa, nem foi em sua defesa que a esquadra inglesa avançou pelo Atlântico Sul. Na sua última mensagem a Londres os habitantes das ilhas declararam a sua oposição à utilização da força neste conflito.

2) Porque é que o problema das Malvinas não tinha sido já anteriormente resolvido? Por que este aparato de força por parte da Grã-Bretanha? Sem dúvida que jogaram os interesses da «Falkland Islands Co.» — companhia inglesa na prática dona das ilhas. Como a riqueza dos fundos do Atlântico Sul em petróleo. Mas não é só isso que está em causa. Sob o ponto de vista económico o Atlântico Sul

é uma das «zonas vitais» para o capital. Rota de matérias-primas estratégicas. Rota única em caso de impossibilidade de utilização do Suez e/ou do Canal do Panamá. Aos interesses económicos somam-se os político-militares. Os esforços retomados no sentido de dar vida ao velho projecto de constituição da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) têm sido gordos, até mesmo pela recusa de países como o Brasil em neles participar. O que acentua ainda a «fome» do imperialismo de bases militares nesta zona. Isso mesmo foi recentemente destacado por Athos Fava, secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, que na última reunião plenária do CC do PCA se referiu ao «sinistro plano de agressão anglo-yanqui» que visa instaurar bases militares nas ilhas. A possibilidade da perda da base militar de Diego Garcia, pela vitória de forças de esquerda nas ilhas Maurícias, dá nova actualidade a esta pretensão dos EUA.

3) Neste contexto se compreende melhor o activo papel dos Estados Unidos na intervenção armada da Grã-Bretanha. Porque Londres nunca aqui simplesmente por iniciativa própria. Contou com o estímulo, o apoio concreto, até a decisão comum, quer de Washington, quer, ainda que de forma menos determinada, da CEE, e naturalmente da NATO. A acção «mediadora» de Haig, foi uma boa forma de ganhar tempo para o avanço das forças militares inglesas. A seu tempo foram fornecidas as necessárias informações de reconhecimento, e concedido apoio directo através das instalações militares da ilha de Ascunção. Por último foi dada a luz

verde para o ataque. Um activo papel que não surpreende se tivermos em conta que objectivos como os anteriormente referidos justificam amplamente para a Casa Branca — como toda a sua política o comprova — a utilização da força militar como arma política.

4) A verdade entretanto é que nem tudo são trunfos para o imperialismo. A realidade viva é bem mais complexa que os esquemas do Pentágono. E se esta acção militar favorece designs agressivos da África do Sul como de Israel (e os resultados estão já à vista), outros problemas surgiram de difícil solução para os Estados Unidos, como para o mundo capitalista de uma forma geral. Apenas dois factos. Toda a estrutura política latino-americana foi abalada com a evolução dos acontecimentos nas Malvinas. Em primeiro as estruturas continentais criadas pelos Estados Unidos. O sistema de alianças — é preciso não ignorar que foram as forças progressistas, os países socialistas que apoiaram a justa reivindicação argentina sobre as Malvinas. Acresce que neste curto espaço de tempo se assistiu a uma brusca tomada de consciência anti-imperialista, em particular na Argentina. Uma outra questão — no campo de batalha armas da NATO estiveram contra armas da NATO. Isto mesmo sem qualquer inversão de regime (como foi o caso do Irão) o que pode levar a pensar sobre os contraditórios efeitos — para o próprio mundo capitalista — da sua política de comércio de armas.

Assim entramos numa nova fase de uma guerra que ainda se não sabe como vai acabar.



Um massacre que o povo sul-africano nunca poderá esquecer

Líbano

Agressão sionista condenada em todo o mundo

Israel-Palestina, dois Estados para dois povos foi a palavra de ordem que milhares de israelitas gritaram em Tel-Aviv no passado sábado, numa manifestação em que se exigia o fim da invasão do Líbano, do terror da ocupação e se clamava pela paz com os palestinos.

O repúdio internacional da criminoso agressão sionista contra o Líbano, com o objectivo expresso de exterminar o povo palestino, encontrava assim eco no povo israelita, que como salientava uma declaração do Bureau Político do respectivo Partido Comunista «não tem nenhuma interesse nesta guerra que ameaça a sua própria segurança».

O documento, que reafirmava a convicção de que só uma paz negociada com a OLP e a criação de um Estado palestino nos territórios ocupados garantirão essa segurança, não deixou de denunciar que «esta guerra foi decidida há muito tempo com a autorização dos Estados Unidos».

Semelhante denúncia seria feita também no parlamento português pela deputada Alda Nogueira, do Comité Central do PCP, que deixou bem claro que esta guerra não seria possível sem o apoio militar, político, logístico e a outros níveis da administração norte-americana. Apoio tão descarado que, como recordou, chega ao cúmulo de responsáveis de Washington adiarem «que a intenção do governo de Menahem Begin e em particular do ministro da Defesa, Ariel Sharon, eram não só tentar destruir a OLP, limpar o território de tropas sírias, mas também instalar um governo direitista no Líbano».

A situação criada pela invasão do Líbano, como referia ainda a deputada comunista, põe em causa a paz na região do Médio Oriente e em todo o Mundo. A consciência da gravidade desta situação tem vindo de resto a manifestar-se nas tomadas de posição das mais diversas forças políticas e organizações de todo o mundo.

O denominador comum de todas elas é a condenação da agressão sionista e a solidariedade activa para com os povos palestino e libanês.

Isso mesmo é afirmado numa declaração do secretariado do Conselho Português para a Paz e Cooperação, em que se sublinha que mais uma vez a máquina de guerra de Israel invade por terra, mar e ar um país soberano, causa milhares de vítimas entre a população civil, faz letra morta das decisões das Nações Unidas sobre o Médio Oriente, impõe a sua política expansionista, apesar do clamor indignado da opinião pública mundial.

Acusando o governo sionista de Begin de se lançar numa acção bélica de envergadura nunca vista nos últimos anos, o Conselho afirma esperar do Governo português uma firme condenação de Israel, bem como a exigência de imediata retirada das tropas invasoras.

Dois Estados para dois Povos

Também a Finlândia e a Indonésia se juntaram ao grupo de países que no Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiram a imediata retirada de Israel do território libanês, considerando que a agressão repre-



Blindados israelitas atravessaram as fronteiras do Líbano. A invasão deu-se simultaneamente por mar e ar. Uma acção genocida



A luta pode alastrar a todo o sector

senta uma violação brutal do direito internacional. Entre as organizações que se pronunciaram no mesmo sentido conta-se igualmente a Federação Sindical Mundial, a Organização do Povo do Sudoeste Africano e o Congresso Nacional Africano da África do Sul, a Unesco e o Comité da ONU pelos direitos do Povo Palestino. Ahmadou Mahtar M'Bow, director-geral da Unesco, apelou entretanto a todos os países membros daquela organização, bem como às organizações nacionais e internacionais, para que tomem medidas para fazer cessar a efusão de sangue no Líbano.

Um apelo que tem vindo a en-

contrar eco em todo o lado, como se comprova por exemplo na decisão do Irão e do Iraque de cessarem as hostilidades entre si para se juntarem no apoio ao povo palestino e libanês nas lutas contra o inimigo comum, as forças sionistas de Israel.

Um apoio reforçado ainda há poucos dias pela União Soviética, que considera as acções de Israel «um criminoso acto de genocídio». De referir aliás a afir-

mação da URSS da sua disposição de se colocar «não em palavras mas em actos» ao lado das vítimas dos sionistas, bem como a advertência ao governo de Begin das implicações que podem advir desta irresponsável agressão, dado que «o Médio Oriente é uma área situada na vizinhança directa das fronteiras da União Soviética e a evolução da situação na área afecta directamente os interesses da URSS».

Israel-Palestina, dois Estados para dois Povos é uma exigência internacional que não pode ser ignorada. Israel reconheceu-lo há mais cedo ou mais tarde, pois desta guerra o vitorioso só poderá ser o povo palestino.

Concentração em Lisboa

Dia 18, 6.ª feira, pelas 19 horas, vai realizar-se uma concentração de protesto pela agressão ao Líbano, junto da Embaixada de Israel, no cruzamento da Av. Duque d'Ávila com a R. António Enes.

A concentração é promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Comissão da Paz de Lisboa e a Associação de Amizade Portugal-Palestina. Durante a manifestação de protesto, que terá como palavras de ordem centrais — «Não aos massacres no Líbano e «Israel fora do Líbano» — será entregue na Embaixada pela comissão promotora um documento de protesto.

PCP solidário

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, enviou aos camaradas Yasser Arafat, presidente da OLP, e aos camaradas N. Chaoui e G. Haoui, presidente e secretário-geral do Partido Comunista Libanês, respectivamente, telegramas em que exprime a inteira solidariedade dos comunistas portugueses ao povo palestino e à OLP e ao povo libanês e ao Partido Comunista Libanês, contra a criminoso agressão sionista.

Os Partidos Comunistas da Europa Ocidental abaixo-assinados, exprimem a emoção dos povos dos respectivos países face à criminoso agressão israelita contra o Líbano, que já causou a morte de dezenas de milhares de civis sob os bombardeamentos cegos, e à vergonhosa violação da soberania de um país independente.

Apelam à intensificação da solidariedade com os povos libanês e palestino, com a OLP e o Movimento Nacional Libanês, saudando a sua resistência heroica que continua em numerosas cidades. A solução do drama

- Partido Comunista de Espanha
- Partido Comunista da Finlândia
- Partido Comunista Francês
- Partido Comunista da Grécia
- Partido Comunista da Irlanda
- Partido Comunista Italiano
- Partido Comunista Luxemburguês
- Partido Comunista da Noruega
- Partido Comunista Português
- Partido Comunista São Mariense
- Partido Comunista da Turquia
- Partido da Esquerda — os Comunistas da Suécia
- Partido do Povo Trabalhador Progressista do Chipre
- Partido Socialista Unificado de Berlim-Oeste
- Partido Suíço do Trabalho

11 de Junho de 1982

Massacre do Soweto foi há seis anos

Soweto, a cidade negra da África do Sul, viveu há seis anos um dos dias mais negros da sua história. Foi em 16 de Junho de 1976, quando a polícia sul-africana disparou sobre os estudantes que se manifestavam contra a discriminação racial instaurada pela política de Estado.

A onda de protestos que o massacre enfiou corrido provocou em todo o mundo, acabou por levar à adopção daquela data como «Dia da Solidariedade Internacional» com a Luta

dos Povos da região. Uma solidariedade que continua a ser tão necessária que, entretanto, num momento em que a militarização do regime de «Apartheid» atinge praticamente todas as esferas da vida da África do Sul e a população não branca vive num crescente terror.

Uma solidariedade ainda mais necessária quando se prepara a introdução de nova legislação racial mais abominável ainda: quando cresce o apoio dos Estados Unidos às autorida-

des fantoches da República da África do Sul; quando endurece a posição face à Namíbia e o imperialismo apoia as tentativas do regime racista para torpedear os esforços desenvolvidos pela ONU para a descolonização do país.

Uma solidariedade, enfim, indispensável como incentivo à luta do Congresso Nacional Africano (ANC) e da Swapo pela igualdade de todos os povos, pela liquidação da discriminação racial, a paz e a democracia em ambos os países.